

Estudo

Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público em 2020

Relatório

José Soares Neves¹ (coord.), Sofia Costa Macedo¹, Jorge Santos² e Ana Paula Miranda¹

¹ Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC), Lisboa, Portugal; ² Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC), Lisboa, Portugal, e Direção-Geral do Património Cultural.

O Estudo **Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público em 2020** foi realizado no OPAC entre abril e setembro de 2021.

O OPAC - Observatório Português das Atividades Culturais é uma estrutura constituída em dezembro de 2018 no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa no quadro do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte) que é a instituição responsável pelo seu funcionamento e coordenação científica.

Data: outubro de 2021

ISBN: 978-972-8048-69-3

Como citar: Neves, José Soares (coord.), Sofia Costa Macedo, Jorge Santos e Ana Paula Miranda (2021), *Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público em 2020*, Lisboa, Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.

A equipa agradece a todos os diretores, responsáveis e técnicos dos Monumentos Nacionais inquiridos a colaboração no presente estudo através das respostas e dos esclarecimentos prestados, para mais num contexto particularmente difícil devido à pandemia pela COVID-19.

OPAC - Observatório Português das Atividades Culturais

Avenida das Forças Armadas, Iscte, 1649-026 Lisboa,
Edifício Sedas Nunes, sala 2W01
Tel.: + 351 210 464 322
Email : opac.cies@iscte-iul.pt
www.opac.cies.iscte-iul.pt/

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS.....	4
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	4
ÍNDICE DE MAPAS.....	4
INTRODUÇÃO.....	5
1. METODOLOGIA.....	7
1.1. O UNIVERSO.....	7
1.2. O QUESTIONÁRIO E A RECOLHA DE DADOS.....	9
1.3. MONUMENTOS NACIONAIS INQUIRIDOS E OBSERVADOS.....	10
1.3.1. CARACTERIZAÇÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS OBSERVADOS.....	12
2. RESULTADOS.....	15
2.1. A UTILIZAÇÃO E O ACESSO PÚBLICO AOS MONUMENTOS NACIONAIS.....	15
2.1.1. A RECOLHA DE DADOS PELOS MONUMENTOS NACIONAIS.....	15
2.1.2. REGIME DE ABERTURA E CONTROLO DE VISITANTES.....	16
2.2. Os VISITANTES.....	18
2.2.1. DIMENSÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS SEGUNDO O NÚMERO DE VISITANTES ANUAIS.....	23
2.3. Os RECURSOS HUMANOS.....	24
2.3.1. Pessoal ao serviço.....	25
2.3.2. Pessoal no quadro.....	26
2.4. IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19 NAS ATIVIDADES EM 2020 E 2021.....	29
2.4.1. Reabertura dos Monumentos Nacionais.....	30
2.4.2. Atividades realizadas pelos Monumentos Nacionais.....	31
2.4.3. Adaptação ao contexto da crise pandémica.....	40
NOTAS FINAIS.....	43
LEGISLAÇÃO.....	45
WEBGRAFIA.....	45
REFERÊNCIAS.....	45
ANEXOS.....	47
ANEXO 1. QUESTIONÁRIO.....	47
ANEXO 2. EMAIL DE CONVITE À PARTICIPAÇÃO – MN QUE RESPONDERAM ANTERIORMENTE COM RESPOSTA EM 2019 E 2020.....	55
ANEXO 3. EMAIL DE CONVITE À PARTICIPAÇÃO – MN SEM RESPOSTA EM 2019.....	56
ANEXO 4. EMAIL DE LEMBRETE FINAL.....	57
ANEXO 5. REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES POR ÁREA E POR PERÍODO (%).....	58

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Dos registos do património imóvel classificado na categoria Monumento Nacional ao universo inquirido.....	8
Quadro 2 – Monumentos Nacionais inquiridos e visitáveis em 2019 e 2020	11
Quadro 3 – Monumentos Nacionais observados por região, categoria arquitetónica e entidade de gestão (2019 e 2020)	14
Quadro 4 – Monumentos Nacionais observados com respostas sobre números de visitantes (2018-2020)	15
Quadro 5 – Monumentos Nacionais por regime de abertura e controlo de visitantes (2018-2020).....	17
Quadro 6 – Período de abertura dos Monumentos Nacionais (2020).....	18
Quadro 7 – Indicadores de visitantes por ano (2017-2020).....	19
Quadro 8 – Monumentos Nacionais por escalão de visitantes, 2017-2020 (%).....	24
Quadro 9 – Recursos humanos (2018-2020) (nº e %).....	24
Quadro 10 – Monumentos Nacionais por escalão de pessoas ao serviço e no quadro (2018-2020).....	25

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Período de reabertura ao público dos Monumentos Nacionais (%).....	30
Gráfico 2 – Realização de atividades na crise pandémica por área, 2020 e 2021 (%)	32
Gráfico 3 – Realização de atividades na área Exposições por período da crise pandémica (%)	33
Gráfico 4 – Realização de atividades na área Visitas por período da crise pandémica (%)	35
Gráfico 5 – Realização de atividades na área Inventário e Investigação por período da crise pandémica (%)	36
Gráfico 6 – Realização de atividades na área de atuação Conservação e Restauro por período da crise pandémica (%)	37
Gráfico 7 – Realização de atividades na área dos Meios Digitais <i>Online</i> por período da crise pandémica (%)	38
Gráfico 8 – Realização de atividades na área da Gestão por período da crise pandémica (%)	39

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 - Distribuição dos Monumentos Nacionais por concelho (2020).....	13
---	----

INTRODUÇÃO

O objeto deste relatório é o terceiro inquérito aos Monumentos Nacionais de Portugal, realizado em 2021. Este inquérito teve dois objetivos específicos: atualização de séries estatísticas para 2020 sobre a utilização e acesso público, os visitantes e os recursos humanos; e nova recolha de informação sobre os impactos e as atividades desenvolvidas ao longo da crise pandémica entre março de 2020 e abril de 2021.

O primeiro objetivo insere-se no programa de pesquisa do OPAC iniciado em 2019 "Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público". Constatada a inexistência de estatísticas oficiais sobre património cultural imóvel na perspetiva dos visitantes, e a sua importância – que foi objeto de uma recomendação do [Conselho Superior de Estatística](#) em 2010 na sequência das conclusões do [Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura](#) e, mais recentemente, retomada pelo Grupo de Projeto Museus no Futuro ([Camacho, 2021: 93](#)) - em contraste com a componente do património cultural móvel, os museus, avançámos com esta pesquisa inédita no sentido de contribuir para o melhor conhecimento daquele património, e em específico dos Monumentos Nacionais.

Por esta via procuramos também, tanto do ponto de vista dos resultados obtidos como da metodologia que os sustenta, contribuir para a sua futura integração nas estatísticas oficiais do Instituto Nacional de Estatística, que vem publicando informação sobre o património imóvel, mas apenas sobre o classificado com base nos organismos responsáveis pela classificação, a Direção-Geral do Património Cultural e as direções regionais de cultura da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira ([INE, 2020: 115-118](#)).

No primeiro inquérito, de 2019, incluímos um conjunto alargado de dimensões (propriedade, afetação e gestão; beneficiação; utilização; visitantes; recursos humanos e valências do Monumento Nacional). Feita uma primeira e alargada caracterização, que permitiu uma delimitação mais precisa do universo de trabalho, limitámos nas edições seguintes o inquérito às dimensões com variação anual relevante, as já referidas utilização e acesso público, visitantes e recursos humanos.

Com o deflagrar da crise pandémica da COVID-19 considerámos que o objetivo inicial deveria ser alargado ao estudo dos seus impactos nos Monumentos Nacionais, das atividades e expectativas que esta crise suscitou. Também neste plano

se tratou de uma abordagem inédita: vários estudos foram realizados nesse contexto, mas não sobre o património cultural imóvel.

Importa destacar a adesão que o estudo gerou entre as tutelas e os responsáveis pelos Monumentos Nacionais inquiridos o que tem possibilitado uma cobertura assinalável do universo.

Ao longo de 2020 publicámos dois relatórios com os primeiros resultados relativos a 2017 e a 2018 quanto à utilização e acesso público, visitantes e recursos humanos ([Neves, Macedo, Santos e Miranda, 2020a](#)) e a sua atualização para 2019 ([Neves, Macedo, Santos e Miranda, 2020b](#)). Publicámos um relatório específico sobre os impactos da COVID-19 na sua fase inicial ([Neves, Macedo, Lima, Santos e Miranda, 2020](#)). No sentido de alargar a difusão da pesquisa sobre a realidade portuguesa no plano internacional foi publicado também, ainda em 2020, o capítulo "Cultural heritage valorisation and the public access to National Monuments" ([Neves, Macedo e Santos, 2020](#)).

Neste relatório, descreve-se inicialmente em pormenor a metodologia quantitativa, de inquérito por questionário, incluindo o processo de constituição do universo de trabalho, a recolha dos dados e a caracterização do universo. Destaca-se aqui o facto de vários Monumentos Nacionais que não responderam ao inquérito anterior tenham participado neste, o que se espera que venha a acontecer em futuras edições. Refira-se ainda que foi também possível atualizar retrospectivamente dados por parte de vários Monumentos Nacionais.

Os resultados são depois apresentados e analisados seguindo as dimensões objeto de atualização. Para além dos resultados inéditos de 2020 privilegia-se a utilização da série resultante deste estudo (2018-2020, 2017-2020 para os visitantes). Termina-se com os resultados relativos ao segundo objetivo: a identificação dos impactos e das atividades realizadas na crise pandémica nos MN na perspetiva dos seus diretores e responsáveis num conjunto alargado de áreas de atuação - Exposições; Visitas; Inventário e Investigação; Meios Digitais Online; e Gestão - e em três períodos: primeiro grande confinamento (março a maio de 2020); reabertura (maio de 2020 a janeiro de 2021); e segundo grande confinamento (janeiro a abril de 2021). Incluem-se ainda depoimentos sobre a adaptação dos MN ao contexto da crise pandémica. A terminar sintetizam-se as principais conclusões e deixam-se perspetivas quanto a futuro inquérito.

1. METODOLOGIA

A metodologia do estudo é quantitativa, de inquérito por questionário, autoadministrado, com preenchimento numa plataforma *online* (Qualtrics). A periodicidade da recolha e da divulgação de resultados é anual. Os resultados podem ser atualizados retrospectivamente com a inclusão de novos registos (Monumentos Nacionais que não responderam nas edições anteriores ou que, entretanto, foram classificados e cumprem os critérios do estudo) e de novos dados (por não resposta ou revisão das respostas posteriormente à submissão do questionário).

1.1. O UNIVERSO

O estudo tem uma ancoragem institucional, centra-se nos bens classificados como Monumento Nacional (categoria de proteção da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro) abertos ao público. Abrange o território nacional, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

O universo do inquérito é constituído por 236 Monumentos Nacionais (MN). O quadro 1 sintetiza as fases e respetivos quantitativos do processo seguido para se chegar a este número. Esse processo incluiu um trabalho de seleção realizado na fase inicial do estudo em 2019 a partir da listagem do património imóvel classificado da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e das duas Regiões Autónomas: primeiro selecionando a categoria de Monumento Nacional¹; depois aplicando a este subconjunto diversos critérios de seleção em várias etapas de acordo com os objetivos do estudo - obter informação sobre a fruição e a relação dos MN com os visitantes.

Foram desde logo excluídos os registos classificados nas categorias: arqueologia (todos os tipos); arquitetura civil (aqueduto, arco, ascensor, cerca, chafariz, conjunto, elevador, fachada, fontanário, fonte, janela, jardim, lápide, marco, padrão, pelourinho,

¹ Em 2019, no arranque do estudo "Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público" a listagem da DGPC referenciava 819 bens culturais classificados na categoria de Monumento Nacional. Esse número em 2021 é de 816. Note-se que o INE disponibiliza também estatísticas do património imóvel classificado, cuja fonte é (para o continente) a DGPC. A diferença relativamente aos dados totais publicados pelo INE - 824 MN em 2019 e em 2020, 826 - pode ser explicada pelas regiões autónomas que representam em conjunto, quer em 2019 quer em 2020, 10 MN.

piscina, ponte, praça); arquitetura militar (muralha e porta); arquitetura mista (centro histórico e conjunto); arquitetura religiosa (cruzeiro e portal); e outras categorias (como por exemplo, paisagens culturais, terreiros de batalhas ou centros históricos).

Quadro 1 – Dos registos do património imóvel classificado na categoria Monumento Nacional ao universo inquirido

Indicadores	n	%
Registos de Monumentos Nacionais	819	
Não cumprem os critérios	-338	
Base de registos do projeto	481	<i>58,7</i>
Têm outras funções	-56	
Com função museológica	-34	
Sem informação suficiente para o inquérito	-155	
Universo inquirido	236	<i>49,1</i>

Fonte: OPAC a partir de DGPC e das DRC das RA dos Açores e da Madeira, registos do património imóvel classificado, 2019.

Seguidamente foram tomadas diversas outras opções de modo a evitar sobreposições com outros inquéritos (por exemplo o *Inquérito aos Museus* do INE) e a obter uma *aproximação tão rigorosa quanto possível* ao conjunto dos **Monumentos Nacionais visitáveis**. Assim, para se chegar ao referido número de 236 MN que constituem o universo foram ainda excluídos os MN que:

- têm função museológica;
- não têm função de fruição;
- não disponibilizam qualquer informação sobre acesso público.

Em todo caso, trata-se de um universo heterogéneo e dinâmico - embora não tão dinâmico como o dos museus, a requerer atualização permanente (Santos e Neves, 2017) - pelo que é objeto de revisão crítica anual quanto à adequação aos critérios - desde logo com base nas respostas recebidas nos inquéritos anteriores - e pela entrada de novos MN classificados, o que pode implicar flutuação anual do número de registos em análise.

1.2. O QUESTIONÁRIO E A RECOLHA DE DADOS

O questionário relativo ao ano de 2020 manteve a organização em dois grandes blocos (ver anexo 1) adotada no anterior. O primeiro bloco inclui as questões que estiveram na origem do estudo, visando a sua atualização, e incidiu sobre: a situação do MN quanto a visitas; o regime de abertura; o controlo de visitantes; o número de visitantes por modalidade de entrada (paga ou gratuita), por nacionalidade (portuguesa/outra), por grupos escolares e em visitas guiadas; e sobre os recursos humanos. O segundo bloco incidiu sobre a avaliação dos impactos da pandemia pela COVID-19, nesta edição em três momentos distintos: primeiro confinamento (março a maio 2020); reabertura (maio 2020 a janeiro 2021); e segundo confinamento (janeiro a abril 2021).

Na formulação das questões privilegiou-se a utilização de perguntas fechadas, com opções de resposta pré-estabelecidas, e campos para respostas numéricas (quanto aos visitantes). Foram também incluídas algumas questões abertas, com destaque para uma destinada à descrição pelos responsáveis da adaptação do MN ao contexto de crise pandémica.

Na apresentação do questionário pedia-se o consentimento informado dos participantes, dando conta dos objetivos do estudo e das condições de participação no inquérito, enfatizando-se o seu carácter voluntário e anónimo. Foi disponibilizado um endereço de *email* para contacto com a equipa do estudo para a colocação de alguma questão ou esclarecimento de dúvidas. Foram garantidos o anonimato e a confidencialidade dos dados recolhidos no tratamento estatístico.

Previamente à aplicação do questionário as entidades com três ou mais MN sob a sua tutela foram informadas (a 27 de abril) via correio eletrónico do seu início de modo a sensibilizar os responsáveis dos respetivos MN para a sua colaboração.

O trabalho de campo foi iniciado a 28 de abril de 2021 com o envio por *email* do acesso ao questionário através de um *link* individualizado dirigido a cada responsável dos 236 MN que constituem o universo. Nesse *email* inicial pedia-se que o preenchimento fosse concluído até dia 21 de maio de 2021.

Diferenciaram-se os *emails* consoante os MN tivessem participado nas edições anteriores do IMNP² (anexo 2), ou não (anexo 3).

Até à data limite inicialmente prevista foram submetidas apenas 52 respostas. Os MN que não responderam foram sistematicamente contactados por telefone.

A 12 de maio de 2021 foi efetuada a primeira insistência por correio eletrónico. Feito o balanço das respostas submetidas foram estabelecidos contactos via telefone no sentido de averiguar a boa receção do *email* e reenviados quando tal se mostrou necessário.

Para possibilitar ao máximo a participação no estudo definiram-se ainda ações complementares que passaram pela continuação dos contactos telefónicos, pela realização, por *email*, de duas insistências, pelo prolongamento do prazo de resposta e pelo envio de um último lembrete a anunciar o fecho da aplicação.

Assim, a 20 de maio de 2021 foi feita a segunda insistência. A 25 de maio foi enviada a terceira insistência com prolongamento do período de resposta até 4 de junho. Continuaram a estabelecer-se contactos telefónicos com o intuito de verificar se o *email* havia sido recebido e a corrigir/alterar os endereços eletrónicos utilizados.

A 7 de junho foi enviado o lembrete final a indicar que o prazo já tinha terminado e solicitando a submissão do questionário o mais breve possível (anexo 4). Daqui resultou que a aplicação só foi encerrada a 20 de julho de 2021.

Os atrasos verificados na receção das respostas, decorrentes de dificuldades (agravadas pelo contexto pandémico e suas implicações no funcionamento das organizações) no estabelecimento das comunicações com os serviços de muitos dos MN e do apuramento por parte destes dos dados solicitados, são as principais justificações para a longa duração do processo de aplicação de 2020 do IMNP.

1.3. MONUMENTOS NACIONAIS INQUIRIDOS E OBSERVADOS

Do processo de aplicação atrás descrito resultou um total de 203 respostas ao questionário (quadro 2). Na fase seguinte, de validação das respostas, foram

² O estudo "Da Salvaguarda à Valorização: os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público" (também abreviadamente designado IMNP – Inquérito aos Monumentos Nacionais de Portugal), teve anteriormente duas edições com dados referenciados a 2017 (visitantes), 2018 e 2019 (Neves, Macedo, Santos, Miranda, 2020a) e uma atualização referente ao ano de 2019 (Neves, Macedo, Santos, Miranda, 2020b).

excluídas 22 de MN que informaram estar encerrados ao público durante todo o ano, devido a obras ou à necessidade de as realizar, à falta de disponibilidade para garantir a sua participação no estudo, e à pandemia COVID-19. Foram ainda excluídos cinco MN que referiram não serem visitáveis em 2020 uma vez que possuíam uma outra função (religiosa) e o processo de gestão e utilização do monumento não se encontrava clarificado.

Quadro 2 – Monumentos Nacionais inquiridos e visitáveis em 2019 e 2020

MN inquiridos	2019		2020	
	N	%	N	%
Inquiridos	179		236	
Responderam	179		203	86,0
<i>Dos quais: Encerrados ao público</i>	12	6,7	22	10,8
<i>Não visitáveis</i>	1	0,6	5	2,5
Visitáveis (base da análise)	166	92,7	176	86,7

Fonte: OPAC, IMNP, 2020, 2021.

Deste modo, a amostra em análise para o ano de 2020 é de 176 MN. Este número corresponde a 87% das respostas obtidas.

Importa agora fazer algumas notas de comparação com o inquérito relativo a 2019 (ver ainda quadro 2). Embora o universo seja o mesmo, quanto a 2019 foram inquiridos apenas os MN (179) com resposta válida (visitáveis) no primeiro inquérito (Neves; Macedo; Santos & Miranda, 2020: 5). Pretendia-se assim delimitar mais rigorosamente o universo. De facto, daí resultou que todos responderam. Contudo, verificou-se também que 13 alteraram, entretanto, essa condição, sobretudo por encerramento ao público.

Tendo presente estas alterações, para a atualização de 2020 optou-se por voltar a inquirir um universo de 236 MN (179 inquiridos em 2019 mais 57 a que se fez nova tentativa de aplicação do inquérito ou foram incorporados no universo depois dos contactos de atualização), com o resultado em termos de participação já acima assinalado: 203 respostas, das quais 176 válidas, ou seja, mais 10 do que no ano transato. Este acréscimo verifica-se apesar de os MN que integram o conjunto histórico-cultural classificado como Património Mundial em 2013, *Universidade de Coimbra - Alta e Sofia* terem respondido apenas em parte, o que será tido em conta na análise dos resultados.

Outro aspeto a mencionar é a resposta sem desagregação de dados em variáveis centrais do estudo: é o caso de alguns monumentos dependentes da DGPC que, devido a questões de gestão da bilhética, não apresentaram dados desagregados quanto à nacionalidade dos visitantes.

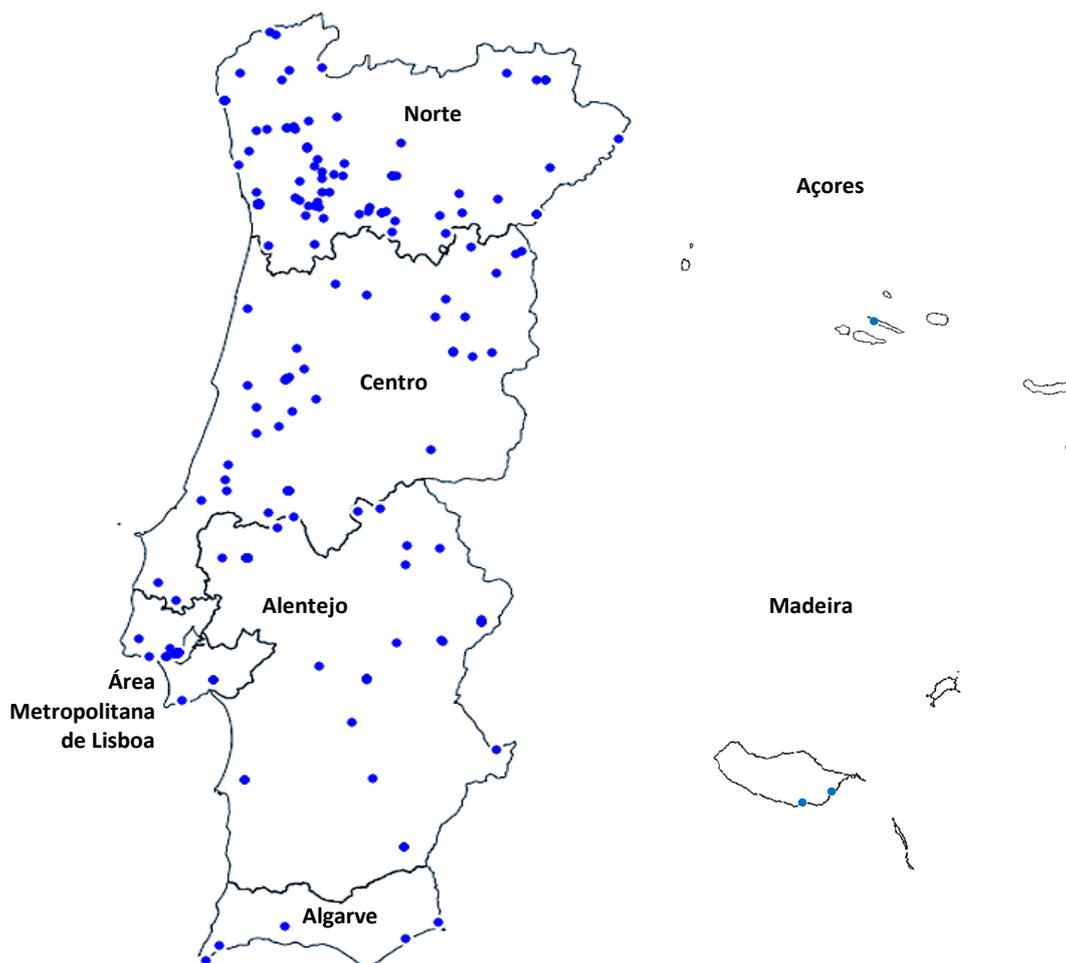
1.3.1. CARACTERIZAÇÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS OBSERVADOS

Procede-se agora a uma breve caracterização dos MN visitáveis observados por região, categoria arquitetónica e entidade de gestão (quadro 3).

Por região, a maior incidência de MN é na região Norte (quatro em cada dez monumentos) e a menor na Madeira e nos Açores, ambas com cerca de 1%, mantendo o quadro de distribuição regional já patente em 2019. De referir, que as pequenas oscilações verificadas em 2020 indicam um aumento de MN face ao ano anterior, em quase todas as regiões, com a exceção da região Centro que revelou uma diminuição de MN visitáveis (menos quatro pontos percentuais). Nota também para a inclusão em 2020 de um MN nos Açores (mapa 1).

Os MN visitáveis distribuem-se por 97 concelhos, com destaque para Lisboa (12 monumentos), Santarém (9), Porto (7), Coimbra e Tomar (ambos com 6 cada) e Penafiel (5).

Mapa 1 - Distribuição dos Monumentos Nacionais por concelho (2020)



Fonte: OPAC, IMNP, 2021.
(n = 176)

Quanto à categoria arquitetónica, são maioritariamente edifícios religiosos (60%), a que se seguem os de arquitetura militar (32%). Estas duas categorias representam em conjunto nove em cada dez monumentos. Num patamar muito inferior situam-se os de arquitetura civil (7%) e mista (1%). Relativamente a 2019, constata-se uma ligeira subida nos MN de arquitetura religiosa (dois pontos percentuais) e uma ligeira descida nos MN de arquitetura civil (um ponto percentual).

Relativamente à entidade de gestão, verifica-se que uma parte significativa dos MN visitáveis é gerida pela Igreja Católica (35%). Juntamente com Outras Privadas, responsáveis pela gestão de 10% da amostra, as entidades privadas, em 2020, são responsáveis pela gestão de cerca de 45% dos MN visitáveis em Portugal. Em relação às entidades públicas, os municípios são a entidade de gestão mais frequente em 2020, com 28%. O Ministério da Cultura é responsável pela gestão de

cerca de 25% dos MN visitáveis. E apenas 2% são geridos por Outras entidades Públicas.

O panorama encontrado em 2020 é muito semelhante, em termos de frequências, com o definido em 2019. As oscilações identificadas permitem reconhecer um aumento de MN visitáveis geridos por quase todas as entidades isoladas no estudo. A exceção reside na diminuição do Ministério da Cultura (menos três pontos percentuais) e na diminuição da gestão feita por Outras Públicas, com uma queda de seis pontos percentuais. Esta última situação terá uma relação quase direta com a ausência de resposta por parte da Universidade de Coimbra, enquanto que no primeiro caso o aumento da prevalência dos Municípios enquanto entidade responsável pela gestão, acontece na mesma medida percentual. De salientar também o aumento da categoria Mista.

Quadro 3 – Monumentos Nacionais observados por região, categoria arquitetónica e entidade de gestão (2019 e 2020)

Indicadores	2019		2020	
	N	%	N	%
MN visitáveis	166		176	
Região				
Norte	72	43,4	78	44,3
Centro	45	27,1	41	23,3
AML	14	8,4	17	9,7
Alentejo	28	16,9	32	18,2
Algarve	6	3,6	5	2,8
Açores	-	-	1	0,6
Madeira	1	0,6	2	1,1
Categoria arquitetónica				
Religiosa	97	58,4	105	59,7
Militar	52	31,3	56	31,8
Civil	14	8,4	13	7,4
Mista	1	0,6	1	0,6
Não definida	2	1,2	1	0,6
Entidade de gestão				
Ministério da Cultura	41	24,7	39	22,2
Municípios	40	24,1	50	28,4
Outras públicas	13	7,8	3	1,7
Igreja Católica	54	32,5	61	34,7
Outras privadas	15	9,0	18	10,2
Mista	3	1,8	5	2,8

Fonte: OPAC, IMNP, 2020, 2021.

Nota: Definições de categoria arquitetónica em INE "conceitos" (2019: 246 e ss.).

2. RESULTADOS

A apresentação dos resultados obtidos é feita seguidamente em quatro vertentes: as duas primeiras referem-se ao acesso público, a terceira aos recursos humanos e a quarta aos impactos da pandemia COVID-19. Relativamente ao acesso público, salienta-se como se processa o apuramento dos visitantes (regime de abertura; controlo de visitantes) e avançam-se depois os números relativos a esses visitantes (por modalidade de entrada; por nacionalidade, por grupos escolares e em visitas guiadas). A apresentação dos resultados é feita com as séries 2018-2020 e, quando possível, 2017-2020.

2.1. A UTILIZAÇÃO E O ACESSO PÚBLICO AOS MONUMENTOS NACIONAIS

2.1.1. A RECOLHA DE DADOS PELOS MONUMENTOS NACIONAIS

Os resultados da atualização do IMNP para 2020 permitem identificar que uma elevada percentagem de MN promove a recolha de informação, especificamente sobre a modalidade de entrada (paga/gratuita) e sobre visitantes (número e nacionalidade – estrangeiros/portugueses).

Os indicadores *Modalidade de Entrada e Nacionalidade* verificam, em 2020, percentagens elevadas de recolha de dados, com 94% e 82% dos MN a indicarem essa prática, respetivamente (quadro 4).

Quadro 4 – Monumentos Nacionais observados com respostas sobre números de visitantes (2018-2020)

Indicadores	2018		2019		2020	
	N	%	N	%	N	%
Modalidade de entrada	91	74,0	110	92,4	114	94,2
Nacionalidade	74	61,0	93	78,2	99	81,8
Grupos escolares	54	43,9	67	56,3	58	47,9

Base: MN com controlo de visitantes em cada ano.

Fonte: OPAC, IMNP, 2019, 2020, 2021.

A questão da recolha de dados com segmentação da nacionalidade foi já referida como tendo sido um problema identificado, sobretudo, nos serviços dependentes da DGPC. Refira-se também a relativa baixa expressão dos dados relacionados com

o acesso por parte dos grupos escolares, tendo apenas 48% dos MN fornecido essa informação.

Relativamente a anos anteriores (2018 e 2019) os valores agora recolhidos, correspondem a um aumento de MN que recolhe estes dados. Quanto à modalidade de entrada, verifica-se uma subida de dois pontos percentuais face a 2019, e de 20 pontos percentuais face a 2018; em relação aos MN que reportam dados com segmentação de visitantes por nacionalidade (portugueses/ estrangeiros) a subida é de quatro pontos percentuais em relação ao ano anterior; em sentido inverso, a descida de oito pontos percentuais dos MN que reportaram visitantes inseridos em grupos escolares deve ser interpretada no conjunto alargado dos impactos provocados pela crise pandémica, uma vez que a tendência de 2018 para 2019 foi de uma grande subida de MN a reportarem essa modalidade.

Noutro plano, verifica-se que a pandemia COVID-19 não condicionou a recolha de informação sobre a modalidade de entrada e sobre visitantes, verificando-se não só uma elevada percentagem de MN a recolherem esta informação, como o aumento da percentagem de MN que o faz, em relação a anos anteriores. A queda que se verifica no ano de 2020, é muito pouco expressiva, e estará mais relacionado com os contextos da crise pandémica - como por exemplo adaptação dos MN ou adequação dos sistemas de visita - do que com a alteração de modelos de atuação face à recolha de dados, testemunhados pela evolução crescente nos anos anteriores. Desta forma, parece ser relevante que os impactos da pandemia deverão continuar a ser avaliados.

2.1.2. REGIME DE ABERTURA E CONTROLO DE VISITANTES

O regime de abertura ao público e a existência de controlo de visitantes, constituem aspetos de base para enquadrar os dados dos visitantes³.

No que diz respeito ao regime de abertura, a maioria dos MN está aberto em permanência (72%), enquanto que 17% abrem esporadicamente e apenas 2% indicam

³ Por visitante compreende-se a entrada para visita ao espaço do MN (incluindo núcleo museológico ou centro interpretativo), utiliza os serviços disponíveis (biblioteca, centro de documentação, entre outros) e/ou frequenta as atividades realizadas (concertos, conferências, entre outros). Excluem-se as entradas para os serviços específicos do restaurante, bar/cafetaria, loja e outros equipamentos, quando independentes, assim como as visitas virtuais (do sítio na Internet, as redes sociais *online*).

ter uma abertura sazonal⁴. O acesso livre verifica-se em 9% dos MN visitáveis (quadro 5). Quanto ao controlo de visitantes⁵, 69% dos MN, indica efetuar este controlo.

Quadro 5 – Monumentos Nacionais por regime de abertura e controlo de visitantes (2018-2020)

Indicadores	2018		2019		2020	
	N	%	N	%	N	%
MN visitáveis	172		166		176	
Regime de abertura						
Permanente	123	71,5	121	72,9	127	72,2
Sazonal	1	0,6	2	1,2	4	2,3
Esporádico	31	18,0	31	18,7	30	17,0
Acesso livre	17	9,9	12	7,2	15	8,5
Com controlo de visitantes	123	71,5	119	71,7	121	68,8

Fonte: OPAC, IMNP, 2019, 2020, 2021.

Relativamente aos anos anteriores, já observados no âmbito do IMNP, verifica-se uma tendência para um regime permanente de abertura por parte dos MN, acompanhado por uma diminuição de regimes esporádicos, ou mesmo de acesso livre. Embora tenha havido um aumento, em 2020, desta última categoria face a 2019, muito explicado pelas consequências da pandemia COVID-19, a tendência acumulada (2018-2020) é no sentido de uma diminuição do acesso livre. O panorama atual aponta para a existência de mais MN abertos em permanência, em relação a outras modalidades de abertura, com percentagens que têm vindo a aumentar em cada ano.

Uma vez que o ano de 2020 foi caracterizado pelas conhecidas medidas de saúde pública que implicaram restrições à abertura ao público das instituições culturais, os MN foram inquiridos relativamente ao número de dias em que estiveram abertos nesse ano. As respostas foram agregadas em meses. A abertura entre seis e nove meses foi a mais comum (40%). Uma percentagem próxima de MN (33%) abriu sempre que não se verificou encerramento obrigatório determinado pelas medidas de combate à pandemia, aproveitando assim maximamente o alívio das restrições

⁴ No regime de abertura, permanente significa aberto todo o ano, com horário normal/regular; sazonal - aberto uma parte do ano, com horário normal/regular; esporádico - aberto apenas quando solicitado, não tem horário regular; acesso livre.

⁵ Controlo de visitantes significa o seu registo quantitativo sistemático.

de fecho impostas (abertos 10 meses). Os restantes MN foram mais afetados: 14% abriram ao público no máximo um mês, e 8% num período apenas um pouco mais prolongado, entre dois e três meses. (quadro 6).

Quadro 6 – Período de abertura dos Monumentos Nacionais (2020)

Período	2020	
	N	%
Até 1 mês	22	14,2
Entre 2 e 5 meses	13	8,4
Entre 6 e 9 meses	62	40,0
Sempre aberto (10 meses)	58	37,4
Total	155	100,0

Fonte: OPAC, IMNP, 2021.

2.2. OS VISITANTES

Em 2020, os MN em Portugal foram visitados por 4,6 milhões de pessoas. Foi possível ainda apurar que cerca de 2 milhões são visitantes nacionais (quadro 7). Em relação aos anos anteriores, e numa leitura da série completa resultante do IMNP (anos 2017-2020), verifica-se que 2020 representa uma diminuição de 64% no número de visitantes relativamente a 2019. Este valor apresenta-se em conformidade e ligeiramente mais baixo, relativamente aos estudos disponíveis na Europa⁶. Num outro plano, e numa lógica comparativa, é de ressaltar ainda que os museus portugueses totalizaram um número de visitantes em 2020 de 5,7 milhões, que face aos 18,7 milhões de 2019, representa uma quebra de 71%. Acrescente-se que o número de visitantes dos museus portugueses em 2020 está ao nível dos valores registados em 2000, ano em que se contabilizaram 5,8 milhões de visitantes⁷.

⁶ Em novembro de 2020, o Observatori dels Públics del Patrimoni Cultural de Catalunya, atualizou os dados sobre os impactos da COVID-19, na frequência dos equipamentos patrimoniais da Catalunha, identificando uma diminuição de visitantes de 76,6% neste território (Roselló, González & Bertran, 2020). No caso dos museus, universo mais bem estudado na sua relação com a COVID-19, a atualização de janeiro de 2021 do relatório da NEMO indica 5 em cada 10 museus teve quebras de visitantes entre os 25% e os 75% e que 2 em cada 10 museus indicaram quebras superiores a 75% (NEMO, 2021).

⁷ Consulta ao site www.ine.pt em outubro de 2021.

Quadro 7 – Indicadores de visitantes por ano (2017-2020)

Indicadores	2017		2018		2019		2020		Tv 19-20
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Total de visitantes	11 183 801		11 964 728		12 674 362		4 587 114		-63,8
Região									
Norte	2 777 387	24,8	3 705 141	31,0	4 178 415	33,0	2 042 631	44,5	-51,1
Centro	2 414 867	21,6	2 327 968	19,5	2 474 630	19,5	785 584	17,1	-68,2
AML	4 487 100	40,1	4 351 701	36,4	4 308 850	34,0	1 173 449	25,6	-72,8
Alentejo	763 033	6,8	783 730	6,6	929 458	7,3	296 678	6,5	-68,1
Algarve	741 414	6,6	796 188	6,7	783 009	6,2	287 394	6,3	-63,3
Açores	-	-	-	-	-	-	1 378	0,1	-
Madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Categoria arquitetónica									
Religiosa	4 780 422	42,7	5 247 052	43,9	5 984 313	47,2	2 477 665	54,0	-58,6
Militar	4 678 756	41,8	4 871 422	40,7	5 076 005	40,0	1 747 228	38,1	-65,6
Civil	1 191 595	10,7	1 287 212	10,8	1 220 011	9,6	214 034	4,7	-82,5
Mista	317 186	2,8	289 804	2,4	266 431	2,1	148 187	3,2	-44,4
Não definida	215 842	1,9	269 238	2,3	127 602	1,0	-	-	-
Entidade de gestão									
Ministério da Cultura	4 057 685	36,3	3 894 161	32,5	3 849 957	30,4	1 296 718	28,3	-66,3
Municípios	2 784 040	24,9	2 907 475	24,3	3 037 855	24,0	1 082 592	23,6	-64,4
Outras públicas	1 098 309	9,8	1 116 348	9,3	1 256 817	9,9	137 198	3,0	-89,1
Igreja Católica	2 049 135	18,3	2 692 146	22,5	3 340 548	26,4	1 647 485	35,9	-50,7
Outras privadas	990 836	8,9	1 095 375	9,2	1 059 311	8,4	402 739	8,8	-62,0
Mista	203 796	1,8	259 223	2,2	129 874	1,0	20 382	0,4	-84,3
Escalão de visitantes									
Muito grande	4 952 640	44,3	4 993 279	41,7	5 655 618	44,6	900 000	19,6	-84,1
Grande	5 124 709	45,8	5 826 732	48,7	5 480 400	43,2	2 345 606	51,1	-57,2
Pequeno	975 248	8,7	1 019 157	8,5	1 365 287	10,8	1 171 277	25,5	-14,2
Muito pequeno	131 204	1,2	125 560	1,0	173 057	1,4	170 231	3,7	-1,6
Modalidade de entrada									
Paga	8 000 732	71,5	8 069 156	67,4	9 014 693	71,1	1 827 266	39,8	-79,7
Gratuita	1 774 686	15,9	1 841 998	15,4	1 777 868	14,0	1 866 290	40,7	5,0
Nacionalidade									
Nacionais	1 622 160	14,5	1 703 094	14,2	1 983 407	15,6	1 998 769	43,6	0,8
Estrangeiros	7 801 728	69,8	8 164 538	68,2	8 944 382	70,6	1 589 521	34,7	-82,2
Grupos escolares									
	234 582	2,1	315 885	2,6	225 238	1,8	52 130	1,1	-76,9
Visitas orientadas									
	824 862	7,4	908 445	7,6	588 207	4,6	125 623	2,7	-78,6

Base: respostas válidas por categoria.

Fonte: OPAC, IMNP, 2020, 2021.

Notas: (i) a soma das percentagens é diferente de 100%; (ii) os escalões de visitantes são os seguintes: Muito grande, mais de 500 mil; Grande, entre 100 mil e 499,9 mil; Pequeno, entre 10 mil e 99,9 mil; Muito pequeno, menos de 9,9 mil.

A região mais visitada em 2020 foi a região Norte, com 45% das visitas, seguida da AML com 26% e a região Centro com 17%. Alentejo e Algarve receberam cerca de 7% de visitantes cada (em conjunto perfazem 13% do total de visitantes), não tendo sido fornecida informação sobre visitantes para a Região Autónoma da Madeira. Os MN da Região Autónoma dos Açores receberam cerca de 1.300 visitantes, sendo de realçar que foi a primeira vez, desde o início do estudo "Da Salvaguarda à Valorização: os Monumentos Nacionais de Portugal e a abertura ao público", que foram fornecidas indicações sobre visitantes dos MN desta região. Todas as regiões, conheceram, em 2020, uma diminuição do número de visitantes, face ao ano anterior (2019), sendo de registar que a diminuição mais significativa se verificou na AML, com menos 73% de visitantes e a menor diminuição a verificar-se na região Norte, que perdeu 51% de visitantes.

Em termos de categoria arquitetónica, os monumentos religiosos (54%) e militares (38%) concentram o grosso dos visitantes, sendo que os monumentos de arquitetura civil apenas receberam 5% dos visitantes. Relativamente aos anos anteriores, os resultados indicam a manutenção, em 2020, da preferência dos visitantes por estes tipos de monumentos, muito embora, como já visto, o número de visitantes tenha diminuído significativamente neste ano. A categoria arquitetónica que mais visitantes perdeu em 2020, foram os edifícios de natureza civil, com menos 83% de visitantes relativamente aos anos anteriores, ao passo que a menor perda de visitantes é registada, nos monumentos de categoria arquitetónica mista, seguido dos monumentos religiosos, que em 2020 perderam 59% de visitantes em relação ao ano anterior.

Os MN cuja entidade de gestão pertence ao setor público foram os que mais visitantes receberam em 2020. Em conjunto, os MN geridos pelo Ministério da Cultura, pelos Municípios, ou por outras entidades públicas, acolheram 55% dos visitantes em 2020. Desagregando os dados referentes aos setores das entidades de gestão, verifica-se que a Igreja Católica é a entidade de gestão que mais visitantes recebeu nos seus monumentos (36%), seguida do Ministério da Cultura (28%). A pouca expressividade de visitantes em MN geridos por outras entidades públicas (3%) justifica-se mais pela ausência de dados recolhidos (estando nesta categoria, por exemplo, a Universidade de Coimbra, um grande contribuidor de dados sobre visitantes). Com pouca expressividade mantém-se um modelo misto de entidades para a gestão dos MN.

Face ao ano anterior, é nos MN geridos por entidades públicas que se verificou a maior diminuição de visitantes (69%) e, se olharmos para o setor público desagregado, todas as entidades (Ministério da Cultura, Municípios e outras entidades públicas) conhecem uma perda de visitantes superior a 60% (sendo que as outras entidades públicas perdem 89%). Os MN geridos por entidades do setor privado conhecem, em 2020, uma menor redução de visitantes do que o setor público (-53% face a 2019 e -33% face aos anos 2017-2020), sendo que, para tal contribuem com muita expressividade, os resultados dos MN geridos pela Igreja Católica, que perderam 51% dos visitantes, face a 2019, a menor quebra verificada em 2020, por comparação com o ano anterior. As igrejas e edifícios religiosos não só se mantêm no topo da preferência visitantes, como os que são geridos pela Igreja Católica mantêm uma relativa procura.

A modalidade de entrada nos MN em 2020 equipara-se a um modelo de entrada gratuita, com 41% do total das entradas registadas, e as entradas pagas correspondem a 40% do total. Comparando com o ano de 2019 o modelo de entrada paga conhece uma quebra de 80%, enquanto as entradas gratuitas conhecem uma variação positiva de cinco pontos percentuais. Em relação à série mais alargada (2017-2020) esta opção vem alterar a evolução reportada, sendo que em 2017-2020, a percentagem de visitas pagas situava-se nos 70% e o regime de modalidade de entrada gratuita conhecia uma diminuição, variando de 16% em 2017 para 14% em 2019 (quadro 7), conclusão referida no estudo de 2019⁸. A análise destes resultados inclui uma necessária relação a estabelecer com a crise pandémica, e com a diminuição de visitantes observada, no ano de 2020, nas instituições culturais de uma forma geral

O apuramento por nacionalidade dos visitantes em 2020 permite verificar que os estrangeiros representam valores um pouco acima dos 34%, e os visitantes nacionais apresentam valores mais elevados, perto dos 44%. Relativamente a 2019 a taxa de variação dos visitantes estrangeiros é de menos 82,2%, enquanto para os visitantes nacionais essa variação é positiva em 1%. Na série 2017-2020 os visitantes estrangeiros representaram cerca de 70% do número total dos visitantes, ao passo que os visitantes nacionais não vão além dos 16% (em 2019). O modelo de valorização dos MN em Portugal, assente em visitantes essencialmente estrangeiros, foi colocado em causa pela pandemia COVID-19, tendo-se verificado o forte

⁸ "Note-se ainda o volume das entradas pagas claramente maioritárias e a crescer" (Neves, Macedo, Santos, Miranda, 2020: 14).

decréscimo em números absolutos de 2017 para 2020, com uma diminuição em termos relativos de 80%, neste último ano. Os visitantes nacionais foram, assim, os grandes responsáveis pela manutenção da visita ao património cultural imóvel, em Portugal, tendo o ano de 2020, sido o ano em que mais portugueses acederam aos MN dentro do período estudado pelo IMNP, ou seja, entre 2017 e 2020, com perto de 2 milhões de visitantes, uma realidade já perspetivada pelos próprios MN⁹.

Os visitantes inseridos em grupos escolares representam um valor de cerca de 1% de todos os visitantes, no ano de 2020. De referir que esta percentagem nunca foi muito elevada (o número maior de registos de visitantes em grupos escolares é de 315,9 mil, em 2018) e as restrições verificadas ao longo do ano em relação às escolas (com encerramento das instalações e escola *online*), em conjunto com os períodos de encerramento dos monumentos, justificam a pouca relevância quantitativa destas visitas em 2020. Não sendo esta a única causa para a explicação pela reduzida presença das escolas, no ano de 2020 justificará o decréscimo de 77% face ao ano de 2019, e de 78% relativamente ao acumulado de 2017 a 2020. Com apenas uma variação positiva entre os anos de 2017-2018, os grupos escolares têm vindo a decrescer enquanto visitantes dos MN.

Na maior parte dos MN as visitas podem ser feitas de vários modos, de acordo com a vontade dos visitantes. Os visitantes integrados em modelos de visita orientada representaram 3% de todas as visitas realizadas em 2020, sendo que um em cada dez MN aplicam exclusivamente o regime de visitas orientadas. Acompanhando um aumento da modalidade de entrada livre, como visto acima, os visitantes integrados em visitas orientadas conheceram um decréscimo em 2020, relativamente a 2019, verificando-se 125,6 mil pessoas integradas nesta modalidade. A adequação dos percursos de visita, uma das grandes ações, concretizadas pelos MN no âmbito da pandemia, e que serão apresentadas mais à frente, explica as opções por modelos mais livres de visita.

A pandemia COVID-19 teve um impacto muito significativo nos visitantes dos Monumentos Nacionais, com uma redução, em 2020, de mais de 60% face ao ano de 2019, como atrás se referiu. Esta redução de número de visitantes, apesar de, no global, ser ligeiramente menor relativamente aos resultados obtidos em outras

⁹ "No plano dos visitantes os MN identificam a necessidade de lidar com a diminuição do número de visitantes (...) Um dos impactos da crise da COVID-19 é a redução dos turistas estrangeiros (...) Outra preocupação é uma adequação dos MN aos públicos nacionais, com uma adaptação de atividades. As comunidades locais são outro segmento que se manifesta nas atividades futuras dos MN" (Neves, Macedo, Santos e Miranda, 2020: 45).

regiões europeias ou outros tipos de equipamentos do domínio do património cultural, como por exemplo os museus, variou em Portugal de acordo com a região, sendo que em algumas, como por exemplo a Área Metropolitana de Lisboa (AML), o Alentejo ou a região Centro, os números identificados enquadram-se nos referidos estudos nacionais e setoriais. Esta variabilidade regional é também observável noutros casos europeus estudados¹⁰. A redução faz-se sentir sobretudo nos visitantes estrangeiros, colocando em causa o modelo de valorização do património cultural em Portugal, muito apoiado nas dinâmicas turísticas. Por outro lado, os visitantes nacionais cresceram e permitiram, mesmo assim, alguma dinâmica de visita nos monumentos.

Este aumento de visitantes nacionais reflete as medidas apontadas pelos MN, identificadas em estudos anteriores (Neves, Macedo, Lima, Santos e Miranda, 2020), que refletem uma viragem para os públicos nacionais, e sobretudo as comunidades locais. Não é ainda possível aferir se esta viragem corresponde apenas a uma reação à situação e crise pandémica, ou, se por outro lado, corresponde a uma nova política de gestão e valorização do património cultural imóvel em Portugal.

A pandemia, sobretudo a procura do isolamento e do distanciamento social, também pode explicar a alteração do tipo de visitas efetuadas nos MN em 2020, com a escolha de monumentos pouco visitados, sobretudo na região Norte, ao invés dos monumentos com visitas mais massificadas, que foram os que mais quebra de visitantes tiveram em 2020.

O contexto pandémico teve impactos muito significativos em todos os sectores, e particularmente significativos no sector cultural (e turístico), que foram agravados com períodos mais ou menos prolongados de encerramento. Como se viu, alguns MN apenas encerraram ao público nos períodos obrigatórios, outros tiveram maior dificuldade na reabertura.

2.2.1. DIMENSÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS SEGUNDO O NÚMERO DE VISITANTES ANUAIS

Em todos os anos predominam os MN do escalão muito pequeno (quadro 8). Entre 2017 e 2019 os classificados como muito grandes em número de visitantes significam entre 4% e 5%. Em 2020 em consequência da redução drástica de visitantes, em

¹⁰ Ver os dados sobre os equipamentos culturais da Catalunha, Espanha (Roselló, González & Bertran, 2020).

particular estrangeiros, acentua-se o peso dos muito pequenos que são nesse ano maioritários (de 2019 para 2020 verifica-se um aumento de 13 pontos percentuais), ao passo que os muito grandes ficam reduzidos a 0,8%. Também os MN do escalão grande registam uma quebra assinalável de cinco pontos percentuais de 2019 para 2020, de 16% para 11%.

Quadro 8 – Monumentos Nacionais por escalão de visitantes, 2017-2020 (%)

Escalão de visitantes	2017	2018	2019	2020
Muito grande	4,9	3,9	4,2	0,8
Grande	17,5	19,4	16,1	10,7
Pequeno	30,1	30,1	34,7	31,4
Muito pequeno	47,6	46,6	44,9	57,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: OPAC, IMNP, 2019, 2020, 2021.

Nota: Total de MN com controlo de visitantes e respostas válidas.

Legenda: Muito grande, mais de 500 mil visitantes/ano; Grande, entre 100 mil e 499,9 mil visitantes; Pequeno, entre 10 mil e 99,9 mil visitantes; Muito pequeno, menos de 9,9 mil visitantes anuais.

2.3. OS RECURSOS HUMANOS

De acordo com o quadro 9, em 2020 o número de pessoas ao serviço nos MN totaliza 1.513, das quais 1.040 (67%) pertencem ao quadro. Relativamente ao ano de 2019 observa-se uma ligeira diminuição do número total de pessoas ao serviço nos MN, com menos 38, mas é visível, por outro lado, o aumento significativo de pessoal no quadro, com mais 207 funcionários relativamente a 2019. Contudo, estes resultados (em especial a diminuição do pessoal ao serviço) devem ser relativizados devido ao peso do conjunto histórico-cultural classificado como Património Mundial *Universidade de Coimbra - Alta e Sofia* que, como atrás se aludiu, apenas em pequena parte participou no inquérito sobre o ano de 2020.

Quadro 9 – Recursos humanos (2018-2020) (nº e %)

Indicadores	2018	2019	2020
Pessoal ao serviço	1 377	1 551	1 513
Pessoal no quadro	849	807	1 014
<i>% do pessoal no quadro no pessoal ao serviço</i>	<i>61,7</i>	<i>52,0</i>	<i>67,0</i>

Fonte: OPAC, IMNP, 2020, 2021.

Nota: Pessoal ao serviço: integrado ou não no quadro da tutela ou de quem está afeto ou gere, incluindo estagiários, bolseiros e voluntários; pessoal no quadro, que trabalha em permanência no monumento, da tutela ou de quem está afeto ou gere.

2.3.1. Pessoal ao serviço

A partir da análise das respostas obtidas, agruparam-se os dados relativos aos Recursos Humanos dos MN, em escalões de pessoal (quadro 10). Como se caracteriza esta estrutura de recursos humanos? O escalão dos MN com 2 a 3 pessoas ao serviço é prevalente (quadro 10), com 40% dos MN a indicarem em 2020 uma estrutura de recursos humanos com este número de pessoal. É ainda significativo a percentagem de MN que apresentam uma estrutura com 4 a 10 pessoas, 25%, e é ainda de referir que existem mais MN com 11 ou mais pessoas ao serviço, do que MN com apenas 1 pessoa.

Quadro 10 – Monumentos Nacionais por escalão de pessoas ao serviço e no quadro (2018-2020)

Indicadores	2018		2019		2020	
	N	%	N	%	N	%
Pessoas ao serviço						
1 pessoa	20	14,9	33	22,8	20	12,3
2 a 3 pessoas	53	39,6	44	30,3	65	40,1
4 a 10 pessoas	29	21,6	37	25,5	40	24,7
Com 11 ou mais pessoas	32	23,9	31	21,4	37	22,8
Pessoas no quadro						
Sem pessoal	24	17,9	47	32,4	48	29,6
1 pessoa	39	29,1	15	10,3	27	16,7
2 a 3 pessoas	28	20,9	34	23,4	37	22,8
4 a 10 pessoas	19	14,2	23	15,9	23	14,2
Com 11 ou mais pessoas	24	17,9	26	17,9	27	16,7

Base: MN com resposta.

Fonte: OPAC, IMNP, 2019, 2020, 2021.

Os MN que mais pessoas têm ao serviço são geridos por entidades públicas (Ministério da Cultura, Municípios ou Outros). O pessoal ao serviço em MN geridos pelo Ministério da Cultura representa 32% e, no caso dos geridos pelos Municípios, 25% do total. No caso dos MN geridos por entidades privadas, a percentagem de pessoal ao serviço é de 37%, sendo que a Igreja Católica é, dentro das entidades privadas, a que detêm maior percentagem de recursos humanos (22%), valor muito próximo dos Municípios, estes no setor público.

Nos MN geridos por entidades do setor público, especificamente no caso do Ministério da Cultura prevalecem estruturas de recursos humanos com 11 ou mais pessoas (43%). No caso dos MN geridos por municípios prevalecem estruturas de

recursos humanos com 2-3 pessoas (53%). No caso de MN geridos por Outras entidades públicas os RH são caracterizados essencialmente por estrutura que vão de 4 a 10 pessoas (67%). Nos MN geridos por entidades do setor privado, na Igreja Católica é mais comum uma estrutura de RH de 2-3 pessoas (46%), enquanto que 35% de outras entidades privadas têm estruturas de 11 ou mais pessoas.

Os MN com menos pessoas ao serviço (1 pessoa ou 2 a 3 pessoas) são essencialmente monumentos com menos visitantes (escalão de visitantes Pequeno ou Muito Pequeno), mas observa-se também uma incidência significativa de MN com pessoal ao serviço entre 4 a 10 pessoas nestes monumentos menos visitados. Os monumentos muito visitados (escalões de visita Grande e Muito Grande) apresentam estruturas de recursos humanos com mais pessoas ao serviço (4 a 10 pessoas e mais de 11 pessoas).

2.3.2. Pessoal no quadro

No que diz respeito aos funcionários que pertencem ao quadro (ainda quadro 10)¹¹, uma primeira observação regista a percentagem significativa de MN que não têm pessoal no seu quadro (30%), significando que concretizam a sua atividade com pessoal não permanente (quadro 10). Esta é, aliás, a situação mais prevalente quando se analisa o pessoal no quadro.

De uma forma geral, 67% da estrutura de RH dos MN, corresponde a pessoal integrado nos quadros, o que significa que a clara maioria do pessoal ao serviço dos MN são funcionários permanentes. Em termos de setor da entidade de gestão, o setor público integra nos seus quadros 69% da sua estrutura de RH, e o setor privado essa percentagem é de 62%. Em termos de tutelas desagregadas, os MN geridos pelo Ministério da Cultura e pelos Municípios são os que apresentam percentagens mais elevadas de pessoal no quadro (respetivamente 77% e 60% do pessoal ao serviço). Contudo, a maior percentagem de pessoal no quadro diz respeito aos MN geridos por Outras Entidades privadas, em que 82% da sua estrutura de recursos humanos está integrada de forma permanente.

Relativamente aos escalões de número de pessoas, a situação verificada com o pessoal total ao serviço, mantêm-se quando se analisa o pessoal no quadro, sendo mais prevalente o escalão 2 a 3 pessoas (23% dos MN). A percentagem de

¹¹ No quadro do MN, da tutela ou de quem está afeto ou gere, que trabalham em permanência no monumento.

monumentos que estão enquadrados em escalões de pessoal tão díspares como 11 ou mais pessoas, ou apenas uma, é a mesma, 17%. O escalão 4-10 pessoas, não atinge os 15%.

Os MN geridos pelo Ministério da Cultura (MC) apresentam estruturas de recursos humanos com mais pessoal afeto ao quadro, com mais sítios que indicam ter 11 ou mais pessoas integradas nos quadros, destacando-se os chamados serviços dependentes (40%). O MC tem ainda um conjunto significativo de MN que gere apenas com uma estrutura de uma pessoa no quadro (23%) e ainda com 2-3 pessoas (14%).

O escalão de pessoal no quadro que prevalece nos MN geridos pelos municípios, é o de 2-3 pessoas (31%); é também muito expressivo o número de monumentos geridos pelos municípios que apenas têm uma pessoa no seu quadro permanente de pessoal (24%).

O escalão de 11 ou mais pessoas é menos prevalente nos MN geridos pela Igreja Católica com apenas 5% dos monumentos com esta estrutura de pessoal no quadro. O que também se verifica no campo oposto, ou seja, o escalão de apenas uma pessoa no quadro, nos MN da Igreja católica também corresponde a apenas 7%. Ou seja, nem muito pessoal integrado no quadro, nem pouco, estando as percentagens mais significativas nos escalões 2-3 pessoas ou 4-10 pessoas (26% e 18% respetivamente).

A taxa de variação de pessoal no quadro entre 2019 e 2020 foi de 26%, o que representa uma evolução significativa do número de pessoal integrado no quadro dos MN. Esta variação tem vindo a aumentar desde 2018, ano para o qual dispomos de dados. Comparando com a taxa de variação do pessoal ao serviço, esta foi negativa em 2% entre 2019 e 2020, e no conjunto dos anos 2018-2020 a variação, embora positiva, é de apenas 10%.

Os MN integrados em 2020 no escalão de visitantes *Muito Pequeno* – categoria que mais cresceu neste ano, e cuja mobilidade já foi explanada acima - apresentam uma estrutura de recursos humanos maioritariamente constituída por uma pessoa ao serviço (65%), sendo também frequente estruturas com 2-3 pessoas (58%). Menos expressivo nestes MN com escalão de visitantes *Muito Pequeno* são estruturas de recursos humanos com mais de 11 pessoas (14%). De salientar que, relativamente a 2019, este último valor apresenta um crescimento de 7% para 14%. Em 2020, mais recursos humanos nestes MN.

No caso dos MN inseridos no escalão de visitantes *Pequeno* (em 2020), uma grande parte deste funcionou com estruturas de RH de 4-10 pessoas (35%), sendo ainda de relatar MN neste escalão com 11 ou mais pessoas (27%). A subida de estrutura de RH com 11 ou mais pessoas, verificada acima é novamente identificada nos MN integrados em escalões de visitantes *Pequeno*, sendo que a subida percentual, face a 2019 é de 17 pontos. Nestes MN com este escalão de visitantes todas as restantes estruturas de RH (1 pessoas, 2-3 pessoas ou 4-10 pessoas) reduziram.

Os MN com escalões de visitantes *Grande*, variam na composição dos seus RH entre estrutura de 4-10 pessoas (5%) ou mais de 11 pessoas (30%). Os MN inseridos em escalões de visitantes *Muito Grande*, apresentam, em 2020, estruturas de RH com 11 ou mais pessoas.

Esta alteração de estruturas de RH está, em primeiro lugar, diretamente relacionada com a quebra de visitantes. Isto é, MN, que em 2019 estariam integrados, por força do seu número de visitantes, em escalões de visitantes mais elevados, em 2020, viram, devido à redução de número de visitantes, a sua integração em escalões de visitantes *Pequeno*. Contudo, mantiveram as suas estruturas de RH, decorrendo daí a manutenção de estruturas relativamente altas de RH.

Daqui decorre também a necessidade de manter a monitorização referente aos impactos da COVID-19 e o impacto sobre os RH dos MN.

A estrutura de Recursos Humanos dos MN em Portugal é caracterizada por ser muito diversa e heterogénea, contemplando situações em que não há pessoal ao serviço, até situações onde se encontram mais de 11 pessoas ao serviço. O maior número de funcionários reportado nos MN, foi de 100, que constituiu caso único. A maior consistência parece verificar-se em estruturas de 2-3 pessoas. O número de pessoal ao serviço é, no geral, baixo, nos MN em Portugal.

Os monumentos geridos pelo setor público têm o maior número de pessoas ao serviço, incluindo o conjunto de pessoas não permanentes (bolseiros, estagiários, avançados, entre outros). O setor público é também o maior empregador, com uma percentagem de 69% de pessoal no quadro.

O aumento do pessoal no quadro é o resultado menos esperado dos dados recolhidos em 2020. Estes dados revelam que, ao mesmo tempo que aumenta o número permanente de pessoal, o número de colaboradores não permanente diminui e o ano de 2020, é aquele com menos pessoal não permanente no computo geral dos anos analisados.

No cenário mais global do património cultural, verifica-se uma redução generalizada de trabalhadores não permanentes, mas que não é acompanhada pela contratação de pessoal¹², e inclusivamente com perda acentuada de postos de trabalho¹³.

2.4. IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19 NAS ATIVIDADES EM 2020 E 2021

Após a declaração mundial de pandemia, que ocorreu em março de 2020, várias foram as medidas tomadas para controlar e conter a mesma. Em Portugal, a 18 de março era decretado o estado de emergência no país¹⁴, impondo o confinamento obrigatório. No âmbito do património cultural, também em março a DGPC, por forma a garantir as recomendações relativas à concentração de pessoas, encerra todos os monumentos, palácios e museus sob sua gestão direta, tal como o restante universo das instituições culturais, num processo não apenas nacional, mas verificado a uma escala internacional.

Em maio de 2020, inicia-se o processo de reabertura das instituições culturais, sendo a data de 18 de maio escolhida para marcar o momento. Em janeiro de 2021, renova-se a declaração do estado de emergência¹⁵, decretando-se o segundo grande confinamento, e um novo encerramento das instituições culturais¹⁶, que durou até abril de 2021. Estes períodos de encerramento, bem como o decurso da pandemia trouxeram grandes desafios aos MN, ao nível do seu funcionamento e na relação com os visitantes como se viu anteriormente quanto ao ano de 2020.

Várias soluções foram encontradas pelos MN, assim como várias medidas adotadas para fazer face à crise pandémica, com primeiros resultados em 2020 (Neves, Macedo, Lima, Santos e Miranda, 2020).

Os dados agora recolhidos relativamente aos impactos da COVID-19, tiveram em conta três períodos de tempo: o primeiro confinamento que decorreu entre 18 de março e 18 de maio de 2020, com o encerramento obrigatório das instituições culturais; o período de reabertura, entre 18 de maio de 2020 e 13 de janeiro de 2021

¹² "A substantial number of museums have put their contracts with freelancers on hold, creating an uncertain situation for free-lancers and temporary workers" (Europa Nostra, 2020: 5).

¹³ No Reino Unido, 76% dos participantes do inquérito promovido pela *Historic England*, declararam existir perda ou adiamento de emprego no setor do património cultural (HE, 2020, <https://historicengland.org.uk/coronavirus/heritage-sector/survey/>).

¹⁴ Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março. Declara o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

¹⁵ Decreto do Presidente da República n.º 6-B/2021, de 13 de janeiro. Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

¹⁶ Cumprindo o Despacho n.º 4/GDG/2021, de 14 de janeiro, a DGPC encerra temporariamente os Museus, Monumentos e Palácios por si tutelados, em 14 de janeiro.

e, finalmente, o terceiro momento que corresponde ao segundo confinamento, com encerramento também, que decorreu entre 13 de janeiro e 30 de abril de 2021¹⁷.

2.4.1. Reabertura dos Monumentos Nacionais

A primeira leitura a partir dos dados recolhidos indica que a maioria dos MN, reabriu após o primeiro período de confinamento: 94% dos monumentos encetaram a sua reabertura, permanecendo encerrados os restantes 6%.

Dos MN que reabriram ao público, praticamente metade fê-lo a partir da data prevista de 18 de maio e até ao final desse mês (49%). No mês de junho reabriram ainda outros 22%. De notar também que 10% dos MN referiu ter reaberto antes dessa data e outros 5% mantiveram-se sem estarem abertos ao público (gráfico 1).

Gráfico 1 – Período de reabertura ao público dos Monumentos Nacionais (%)



Base: 159 MN com resposta válida.

Fonte: OPAC, IMNP, 2021.

¹⁷ Decreto do Presidente da República n.º 41-A/2021, de 14 de abril. Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública. A DGPC em 30 de abril, informa também a reabertura dos monumentos, palácios e museus que retomam os horários normais.

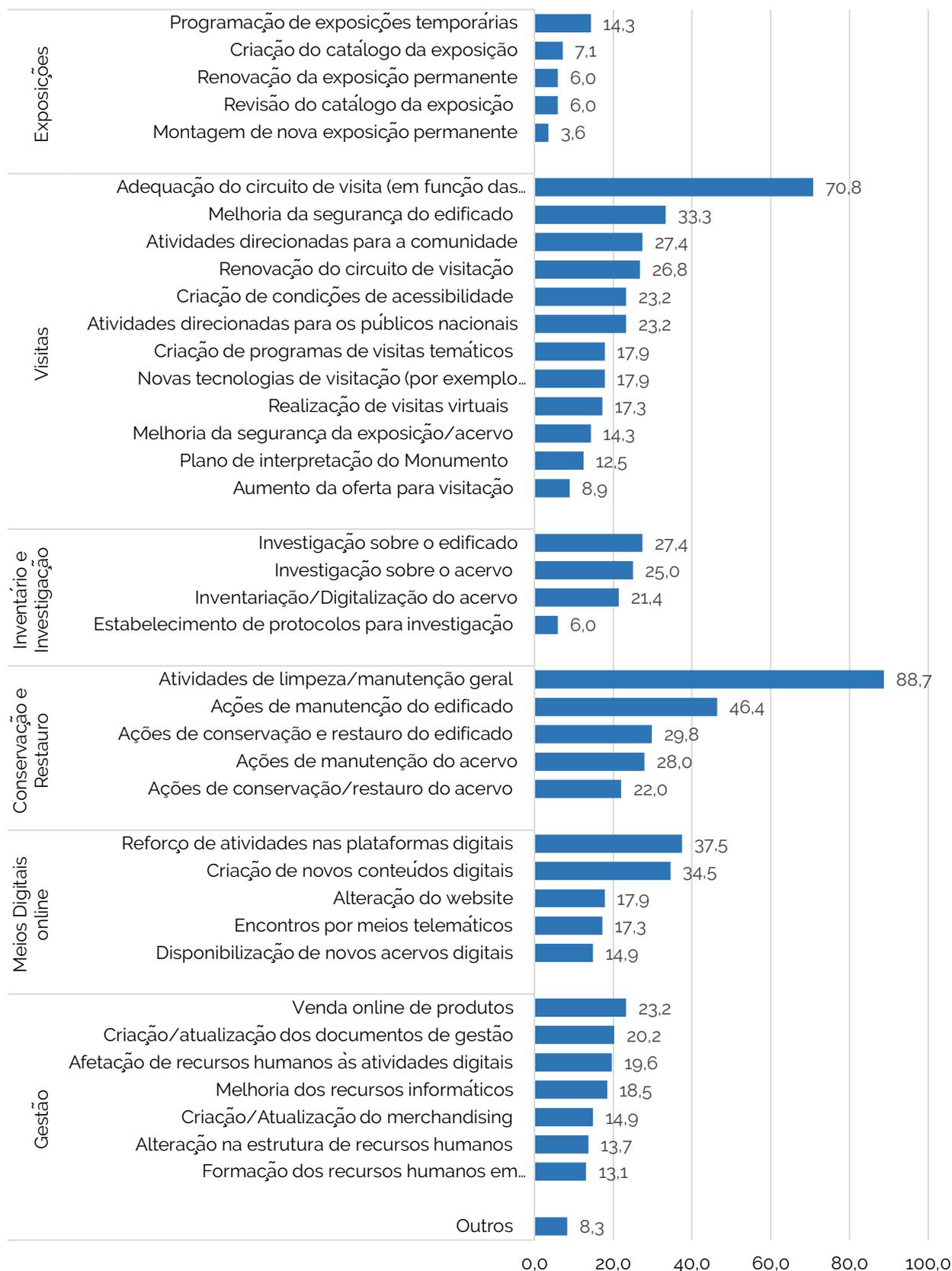
2.4.2. Atividades realizadas pelos Monumentos Nacionais

Os MN responderam ao módulo do questionário relacionado com os impactos da COVID-19, tendo em conta seis áreas de atuação/atividade: Exposições, Visitas, Inventário e Investigação, Conservação e Restauro, Meios Digitais Online e Gestão (ver anexo 5). Dentro destas áreas foram considerados vários itens, procurando enquadrar um conjunto alargado de situações nas quais os MN se pudessem rever. Foi ainda considerado uma outra opção – Outros – para recolher indicações sobre situações não contempladas nas opções de resposta predefinidas. Estas foram respondidas tendo em conta os três períodos em que foi dividida a fase da crise pandémica situada entre março de 2020 e abril de 2021 formalizados no questionário como primeiro grande confinamento (março - maio 2020); reabertura (maio 2020 - janeiro 2021); e segundo grande confinamento (janeiro - abril 2021).

Responderam a este módulo 85% dos MN observados, embora de forma diferenciada de acordo com o seu caso específico.

Os resultados agregados (correspondentes à realização em pelo menos um dos três períodos considerados), permitem observar que, em termos da concretização das atividades inquiridas, as percentagens mais elevadas situam-se na área da Conservação e Restauro e a área das Visitas (gráfico 2).

Gráfico 2 – Realização de atividades na crise pandémica por área, 2020 e 2021 (%)



Base: 168 MN com resposta válida.

Fonte: OPAC, IMNP, 2021.

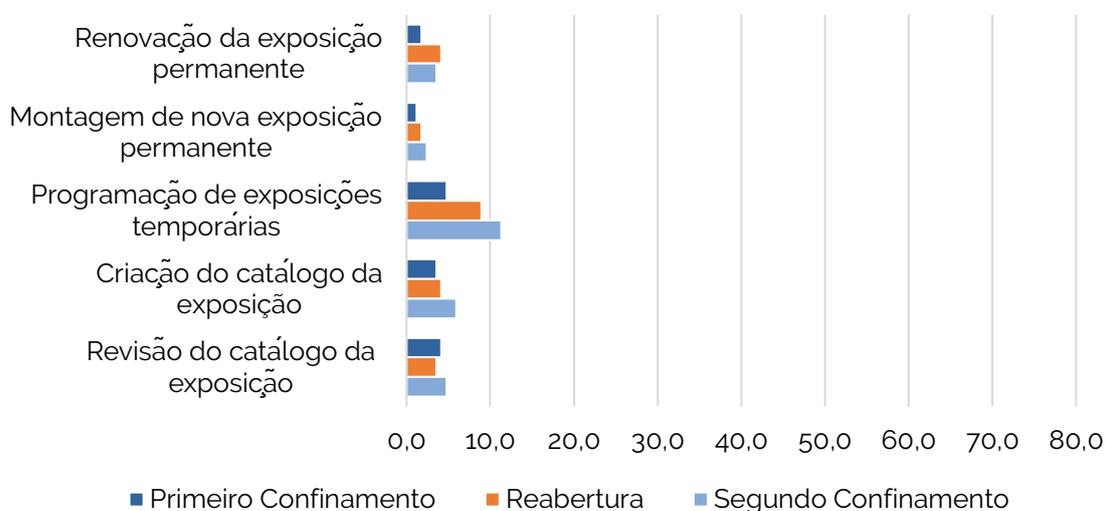
As adequações à visita devido à COVID-19, e as normas de segurança necessárias estiveram nas preocupações dos MN como sendo as atividades principais a realizar, com predominância de ações de limpeza /conservação geral (com 89% dos MN a indicarem a concretização desta ação em pelo menos um dos períodos considerados) e de adequação do circuito de visita (em função das normas sanitárias (com 71% dos MN a concretizarem esta ação).

No polo oposto, as atividades menos concretizadas, denota-se uma menor incidência na área das Exposições, com poucas indicações relativamente à *Montagem de nova exposição permanente* e também na área da Investigação, sendo pouco relevante o *Estabelecimento de protocolos para investigação*.

Exposições

Mais detalhadamente, na área de atuação/atividade Exposições destaca-se a ação dos MN durante o segundo período de confinamento, período em que mais ações relacionadas com esta área foram executadas (gráfico 3). Destacam-se sobretudo a programação de exposições temporárias como sendo a mais concretizada. Aliás, esta ação foi a que mais MN puseram em prática durante os três períodos considerados. As preocupações com as exposições permanentes foram a que menos incidência tiveram nos MN durante a crise pandémica.

Gráfico 3 – Realização de atividades na área Exposições por período da crise pandémica (%)



Base: 168 MN com resposta válida.

Fonte: OPAC, IMNP, 2021.

Nota: Primeiro Confinamento (março a maio 2020); Reabertura (maio 2020 a janeiro 2021); Segundo Confinamento (janeiro a abril 2021).

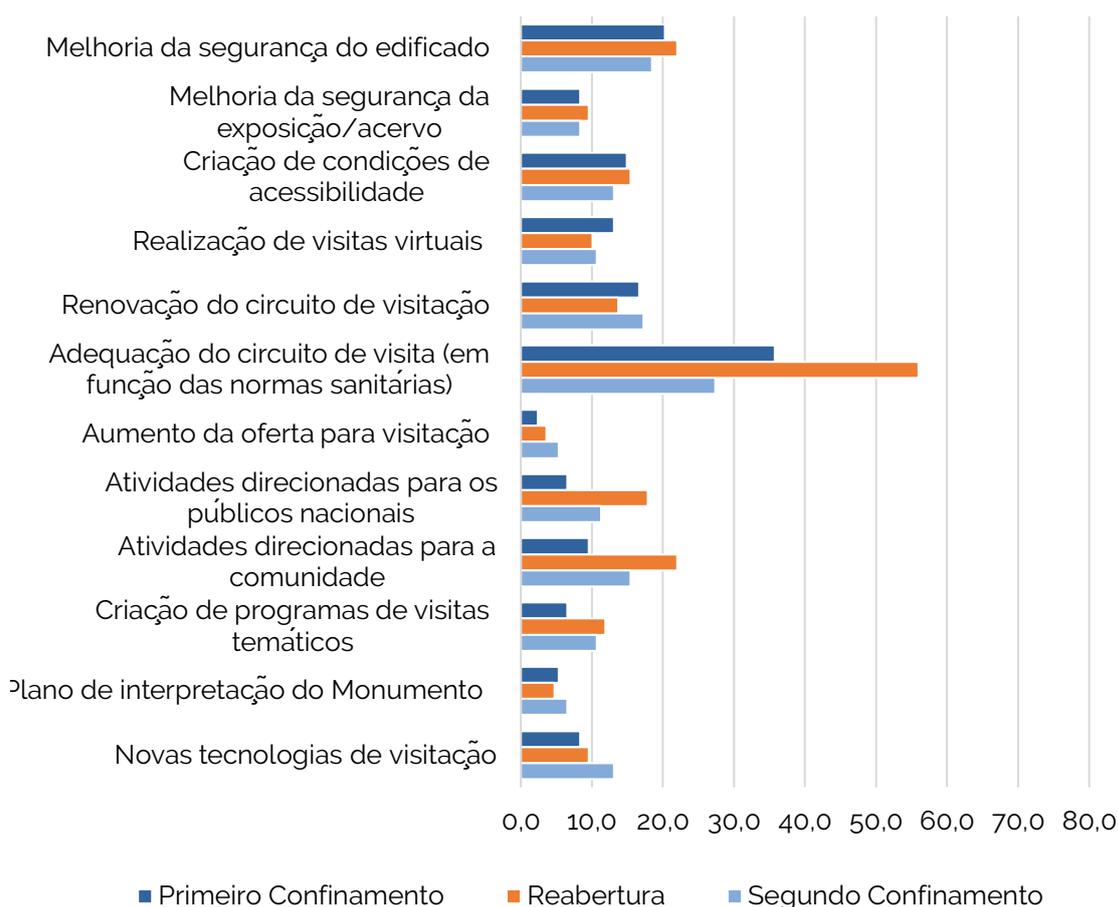
Visitas

Na área das Visitas, a atividade que mais se destacou foi a adequação dos circuitos de visita (em função das normas sanitárias) em todos os períodos analisados (gráfico 4). Nesta área, foi durante o período de reabertura que os MN mais ações concretizaram e no primeiro confinamento, menos fizeram. De destacar ainda, no período de reabertura, as atividades direcionadas para as comunidades locais e para os públicos nacionais, preocupação já presente nos primeiros indicadores recolhidos sobre os impactos da COVID-19 na fase inicial nos MN (Neves, Macedo, Lima, Santos e Miranda, 2020:41).

As novas tecnologias de visitação, como por exemplo áudio visitas, visitas com apoio de *smartphones* ou utilização de realidade aumentada, foram mais expressivas no momento do primeiro confinamento, como resposta ao encerramento e à tomada de consciência da procura de novas formas de relacionamento com os públicos¹⁸. A melhoria da segurança do imóvel é outras das ações que recolheu um número significativo de respostas, sobretudo nos períodos de reabertura e segundo confinamento, respondendo naturalmente a uma necessidade não só legal, como de acesso público. Com menos expressividade surgem as questões relacionadas com a existência (criação ou renovação) dos Planos de Interpretação do Monumento ou ainda o aumento da oferta para visitação.

¹⁸ "No caso dos serviços *online*, os *websites* e as ferramentas de visitas virtuais são os meios preferenciais para dar cumprimento à missão dos MN em período de encerramento, numa prática de complementaridade à visita presencial que continuará a estar no centro da atividade dos imóveis. Monumentos com *websites* mais funcionais ou funcionalidades de visitas virtuais já operacionais reforçaram os seus conteúdos e os MN que têm estas ferramentas menos desenvolvidas manifestam a necessidade da sua criação" (Neves, Macedo, Lima, Santos e Miranda, 2020: 40).

Gráfico 4 – Realização de atividades na área Visitas por período da crise pandémica (%)



Base: 168 MN com resposta válida.

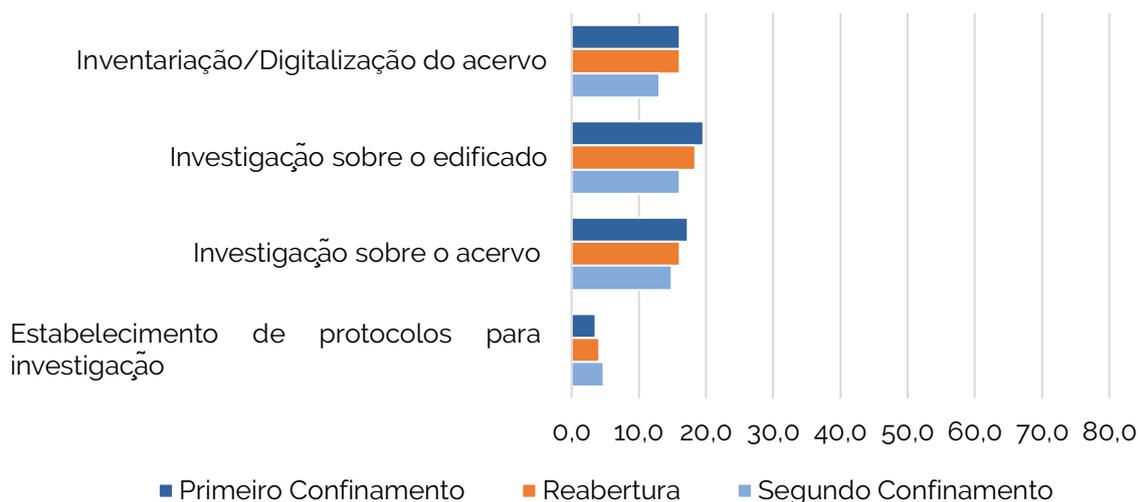
Fonte: OPAC, IMNP, 2021.

Nota: Primeiro Confinamento (março a maio 2020); Reabertura (maio 2020 a janeiro 2021); Segundo Confinamento (janeiro a abril 2021).

Inventário e Investigação

Foi durante o período do primeiro confinamento que os MN mais ações de Inventário e Investigação realizaram, com destaque para atividades de investigação sobre o acervo e sobre o próprio edifício (gráfico 5). Também as ações de inventariação e digitalização do acervo constituíram uma preocupação dos MN, especialmente no primeiro confinamento e durante a reabertura. No período do segundo confinamento estas ações perdem alguma frequência e é neste que foram celebrados mais protocolos de investigação, embora esta atividade se mantenha muito reduzida em relação às restantes.

Gráfico 5 – Realização de atividades na área Inventário e Investigação por período da crise pandémica (%)



Base: 168 MN com resposta válida.

Fonte: OPAC, IMNP, 2021.

Nota: Primeiro Confinamento (março a maio 2020); Reabertura (maio 2020 a janeiro 2021); Segundo Confinamento (janeiro a abril 2021).

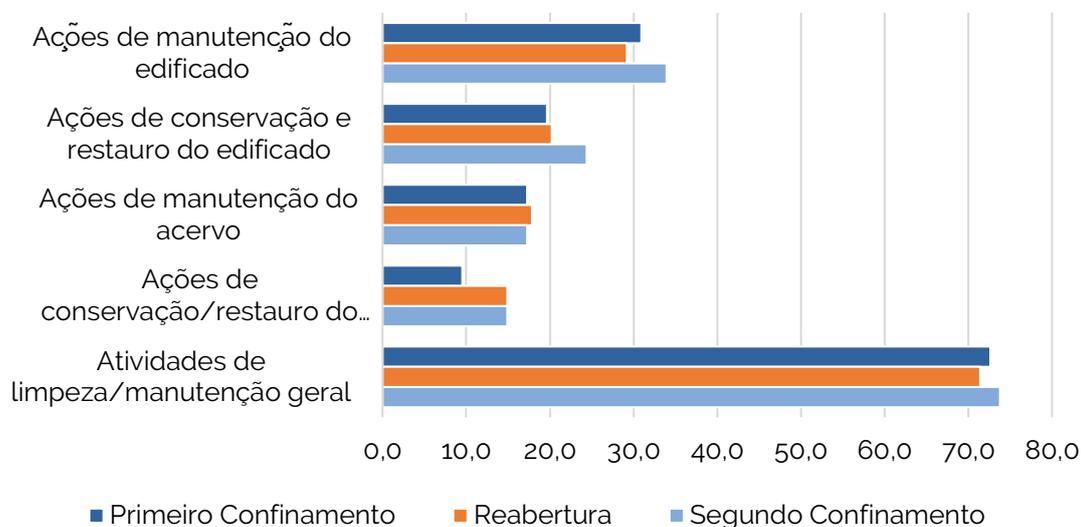
Conservação e Restauro

As ações de Conservação e Restauro que mais se destacaram durante o período analisado foram atividades de limpeza /conservação geral (gráfico 6). As intervenções mais técnicas no âmbito desta área de atuação relacionaram-se sobretudo com ações de manutenção do edificado. As ações menos expressivas são as de conservação/restauro do acervo. Foi sobretudo no período do segundo confinamento que mais ações de C&R se realizaram nos MN, embora as ações de manutenção do edificado tenham também decorrido com alguma expressividade durante o primeiro confinamento. Durante este período, assim como no período da reabertura os acervos dos MN receberam também alguma atenção, com ações de manutenção e de conservação.

Resulta claro que os MN aproveitaram os momentos de não existência de público para intervenções concretas sobre os imóveis, cuja natureza deverá ser melhor compreendida em face de outros dados disponíveis que apontam, por exemplo, no setor da conservação e restauro, para o impacto significativo nas intervenções de restauro em função da opção de colocação em teletrabalho dos profissionais de

conservação de restauro¹⁹, bem como redução de atividade para conservadores restauradores de empresas ou independentes²⁰.

Gráfico 6 – Realização de atividades na área de atuação Conservação e Restauro por período da crise pandémica (%)



Base: 168 MN com resposta válida.

Fonte: OPAC, IMNP, 2021.

Nota: Primeiro Confinamento (março a maio 2020); Reabertura (maio 2020 a janeiro 2021); Segundo Confinamento (janeiro a abril 2021).

Meios Digitais *Online*

Nos inquéritos efetuados anteriormente apurou-se não só uma adaptação rápida dos MN aos meios de comunicação digitais *online*, como também o reconhecimento da sua relevância para novas formas de relação com os seus públicos, em que "quer os serviços online quer a comunicação digital estão para ficar na operação dos MN em Portugal, com a indicação de medidas futuras tendentes ao seu reforço" (Neves, Macedo, Lima, Santos e Miranda, 2020: 41).

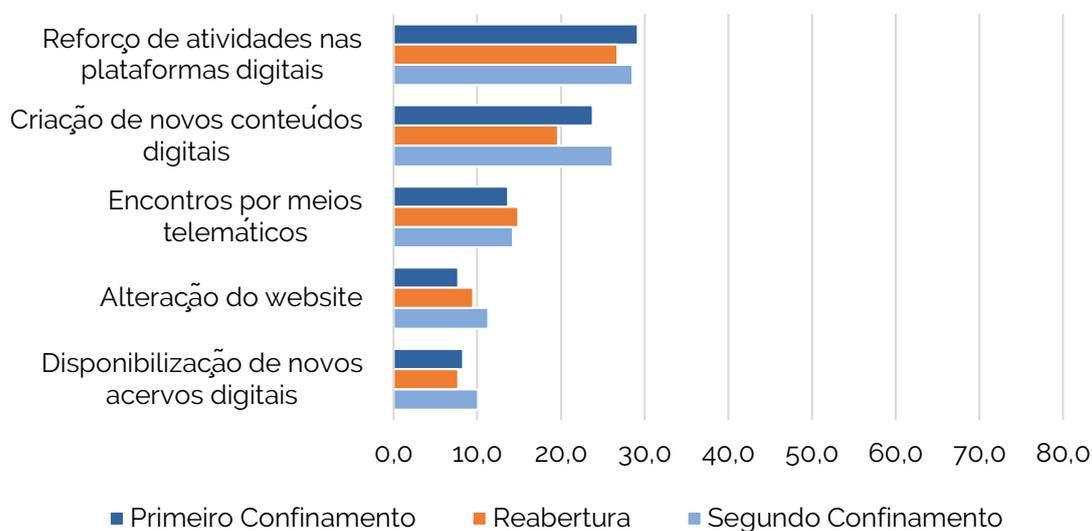
¹⁹ "Decorrente da declaração do Estado de Emergência, provocado pela COVID-19, 73,7% (14) dos técnicos foram colocados em teletrabalho, e 26,3% (5), num regime misto (teletrabalho e actividade presencial). Estes números atestam o impacto significativo no funcionamento dos serviços do Estado, nomeadamente nas intervenções de restauro e nas funções de fiscalização e acompanhamento de obras, bem como na gestão do património (museus, arquivos e bibliotecas)" (APCRP, 2020: 39).

²⁰ No âmbito da pandemia e do Estado de Emergência que vigorou entre os meses de março e maio, 41,7% (10) dos profissionais foi colocado em teletrabalho, 25% (6) em *layoff*, e 20,8% (5) sofreu redução do horário de trabalho. Na amostra de profissionais que responderam ao inquérito, apenas 12,5% (3) continuou a desenvolver a sua actividade sem limitações ou quaisquer alterações" (APCR, 2020:25).

Os dados agora recolhidos permitem confirmar que o reforço de atividades nas plataformas digitais, e a criação de novos conteúdos digitais foram as ações mais concretizadas durante a crise pandémica, sendo que a primeira foi especialmente significativa durante o primeiro confinamento (gráfico 7). No conjunto global da área dos Meios Digitais Online, o período do segundo confinamento foi mais intenso em ações, com destaque para a já referida criação de novos conteúdos, mas também a construção de novos *websites* ou a disponibilização de acervos digitalizados.

O reconhecimento e levantamento das fragilidades neste campo por parte dos MN, durante o primeiro confinamento, permitiu a execução de estratégias relativas aos meios digitais *online*, que acabaram por ter efeitos durante o segundo confinamento, confirmando o que já havia sido identificado (*Idem, ibidem*)²¹.

Gráfico 7 – Realização de atividades na área dos Meios Digitais *Online* por período da crise pandémica (%)



Base: 168 MN com resposta válida.

Fonte: OPAC, IMNP, 2021.

Nota: Primeiro Confinamento (março a maio 2020); Reabertura (maio 2020 a janeiro 2021); Segundo Confinamento (janeiro a abril 2021).

²¹ "(...) por um lado, os resultados do presente estudo chamam a atenção para a importância de os MN dinamizarem - em alguns deles trata-se de criarem - os recursos *online*, em articulação com os presenciais" (Neves, Macedo, Lima, Santos e Miranda, 2020: 42).

Gestão

No que concerne a gestão dos MN várias foram as ações concretizadas nos períodos em análise (gráfico 8).

As mais expressivas centram-se em torno da venda *online* de produtos associados ao MN, tendo a criação de lojas *online* sido identificada anteriormente como algo a ser incorporado em medidas futuras. A venda *online* de produtos é muito expressiva sobretudo durante a reabertura e o segundo confinamento.

A estrutura de recursos humanos nos MN foi ainda uma preocupação que motivou o recurso a diferentes soluções. A relação dos recursos humanos com os meios digitais esteve presente na área da gestão, com uma maior afetação de pessoal às atividades digitais ou ainda a formação nas competências digitais. Em ambos os casos, a maior incidência verificou-se no período do segundo confinamento e tal acompanha uma alteração da estrutura de recursos humanos que os MN implementaram. A melhoria dos recursos informáticos decorreu também, com mais relevância, no segundo confinamento.

A criação ou atualização dos documentos de gestão foi outra das ações realizadas pelos MN, sobretudo durante os primeiro e segundo confinamentos.

Gráfico 8 – Realização de atividades na área da Gestão por período da crise pandémica (%)



Base: 168 MN com resposta válida.

Fonte: OPAC, IMNP, 2021.

Nota: Primeiro Confinamento (março a maio 2020); Reabertura (maio 2020 a janeiro 2021); Segundo Confinamento (janeiro a abril 2021).

A área de gestão dos MN focou a relação entre recursos humanos e competências digitais de forma expressiva, sobretudo na fase dos encerramentos obrigatórios, abrindo durante o período de reabertura, quando confrontados com o regresso à atividade presencial.

As fragilidades anteriormente observadas quanto aos meios digitais, foram abordadas através de melhorias nos recursos informáticos, quer ao nível dos equipamentos, quer ao nível da capacitação do pessoal, sobretudo no segundo período de confinamento.

Relativamente a outros itens, é de referir que o número de respostas foi escasso, tendo as principais questões sido identificadas nas opções de resposta das áreas temáticas. Ainda assim, refere-se a realização de atividades relacionadas com trabalho administrativo, planeamento e concursos em todo o período da crise pandémica. A mesma situação verifica-se relativamente à execução de projetos de valorização ou ainda à formação de recursos humanos em diversas áreas (e não apenas a formação em competências digitais).

Atividades relacionadas com a área de marketing foram ainda indicadas pelos MN, com a criação de departamento comercial e marketing ou a criação de nova imagem, atividades estas realizadas sobretudo no período do segundo confinamento.

A preocupação com os meios digitais foi também reforçada com o início da criação de websites, início de novas plataformas digitais, formações *online* ou criação de lojas *online*. Todas estas ações reportam-se ao segundo período de confinamento.

2.4.3. Adaptação ao contexto da crise pandémica

Foi ainda pedido aos MN, em resposta aberta, e como complemento às respostas fechadas, que oferecessem uma descrição de como o MN se adaptou ao contexto de crise, ficando sobretudo as principais oportunidades, dificuldades e/ou constrangimentos.

As respostas dadas foram agrupadas em áreas de conteúdo, procurando sistematizar as principais reflexões feitas pelos MN. De uma forma geral estas respostas, dão conta das principais dificuldades e constrangimentos decorrentes da pandemia e das sucessivas medidas para a controlar. Com menos expressão são refletidas oportunidades decorridas do momento. Os MN que menos

constrangimentos sentiram na sua atuação são os monumentos que funcionam em regime de entrada livre porque a natureza dos espaços assim permite (ao ar livre) e/ou que assumem uma função que não apenas cultural. Nestes casos, estes locais, apenas colocaram em prática medidas relacionadas com higiene e segurança.

Os principais constrangimentos apontados relacionam-se quer com a quebra do número de visitantes, quer com a necessidade de redução do número de visitantes nos espaços, em função das necessidades de adequação das medidas de higiene e segurança. Estas adaptações tiveram repercussões nos circuitos habituais de visita nos MN, com a sua alteração e, na maioria dos casos, redução da oferta de visita, com encerramento de alguns espaços nos MN. Os constrangimentos financeiros daqui decorrentes são ainda indicados pelos MN, reforçados pela opção, em alguns casos, de implementar modalidades de entrada gratuita.

A grande dificuldade foi a falta de visitantes.

[#21; tutela Igreja Católica; sem controlo]

A estrutura e a forma do monumento limitam a forma como criar percursos para circulação no seu interior.

[#7; outra tutela pública; pequeno]

(...) quebra drástica das receitas, que condicionou a possibilidade de concretizar quaisquer iniciativas ao nível da programação, da manutenção e da valorização que exigissem investimento, mesmo que reduzido.

[#13; tutela Igreja Católica; sem controlo]

(...) nomeadamente o encerramento ao público da Torre de Menagem pelo que o acesso se fez de forma livre e gratuita.

[#26; tutela municipal; pequeno]

Verifica-se que os MN procuraram diversificar a sua oferta, quer através da criação de conteúdos digitais, incluindo visitas virtuais aos locais, assim como a aposta em lojas e produtos de *merchandising*. O alargamento dos horários de funcionamento foi ainda considerado como uma diversificação da oferta dos MN e há ainda a referência, embora menos relevante, a diversificação de conteúdos interpretativos.

(...) criámos enquanto estávamos fechados vários conteúdos digitais para "manter vivo" o monumento.

[#5; tutela municipal; muito pequeno]

"Em resultado do investimento feito na diversificação da oferta, a loja do monumento registou um impressionante aumento (...).

[#24; tutela municipal; pequeno]

No período de Verão alargou até o horário aos fins de semana para a noite.

[#18; tutela municipal; pequeno]

Uma das principais reflexões apontadas pelos MN diz respeito aos recursos humanos, denotando situações não só de escassez, e redução de pessoal ao serviço, as mais indicadas, mas também a preocupação com a capacitação das equipas de trabalho e a sua formação.

Os constrangimentos permaneceram associados à penúria de recursos humanos a envolver nestas iniciativas.

[#109; tutela mista; sem controlo de visitantes]

A nível da equipa permanente houve muitas dificuldades.

[#110; outra tutela privada; pequeno]

A dificuldade que mais nos preocupou foi não poder renovar o contrato a alguns colaboradores que, entretanto, o terminavam.

[#16; tutela Igreja Católica; pequeno]

Toda a equipa participou contribuindo para o sentimento de pertença ao monumento. Todos foram extremamente proactivos

[#4; tutela municipal; Grande]

Foram também apontadas algumas oportunidades decorrentes do momento da pandemia e das várias medidas aplicadas, a maioria das quais resultou na execução de ações de manutenção e de conservação e restauro nos edifícios e coleções, aproveitando a paragem de público, sendo também de destacar uma viragem para os visitantes nacionais, assim como a promoção de momentos de reflexão sobre a prestação do serviço ao visitante por parte dos MN.

Foi um momento de paragem forçada, que nos obrigou a refletir sobre um melhor funcionamento do Museu para o futuro, dando cada vez mais qualidade de serviço aos nossos visitantes, pois sem eles o monumento nacional perde a vitalidade.

[#16; tutela Igreja Católica; pequeno]

Aproveitamento de escassez de público e encerramento para realizar obras de conservação e restauro.

[#15; outra tutela privada; muito pequeno]

Oportunidade: Público nacional / maior procura / novas atividades.

[#18; tutela municipal; pequeno]

No caso dos MN que declararam estar encerrados, as razões apontadas foram essencialmente ligadas com a realização de obras necessárias.

A igreja esteve em obras de conservação e restauro durante esse período.

[#11; tutela Igreja Católica; n/a]

O [...] já se encontrava encerrado para obras há cerca de 6 meses aquando o início da Pandemia. O único constrangimento que houve foi a paragem das obras no primeiro confinamento, entre março e maio de 2020.

[#22; outra tutela privada; n/a].

NOTAS FINAIS

Este relatório resume os resultados da terceira edição do Inquérito aos Monumentos Nacionais de Portugal, com dados relativos a 2020. Com esta edição passamos a dispor de uma série de três anos sobre utilização e acesso público e sobre os recursos humanos, e de quatro anos sobre os visitantes. O relatório reflete ainda os resultados do módulo sobre impactos da pandemia pela COVID-19 e as atividades realizadas pelos Monumentos Nacionais na fase mais aguda da crise pandémica que se situou entre março de 2020 e abril de 2021.

Antes de avançar com uma síntese dos resultados importa assinalar primeiro o aumento do número de Monumentos Nacionais observados face à edição anterior (de 166 para 176, portanto mais 10), o que mostra o interesse que vem despertando entre as respetivas tutelas, diretores e responsáveis. Note-se igualmente que nesta edição estão representadas todas as regiões de Portugal (NUTS II), incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Os Monumentos Nacionais observados incluem seis categorias de entidades de gestão, públicas e privadas, o que permite comprovar a abrangência do inquérito.

Do ponto de vista dos resultados, o dado que mais se destaca é o número de visitantes em 2020, que se cifra em 4,6 milhões, e a sua esperada diminuição que se situa em menos 64% face ao ano transato quando se registaram 12,7 milhões. Importa ressaltar neste aspeto que esta queda interrompe uma série em crescimento desde o primeiro ano apurado (2017, como foi referido ao longo do relatório). Mesmo tendo em consideração que alguns Monumentos Nacionais (mais concretamente os integrados no conjunto histórico-cultural da Universidade de Coimbra - Alta e Sofia) não participaram neste inquérito (embora seja igualmente verdade que outros participaram pela primeira vez) a queda é bem significativa do impacto da crise na visitação a estes monumentos. Como também se esperaria a diminuição foi muito acentuada entre os estrangeiros. Por outro lado, talvez não tão esperado, mas concordante com a maior atenção prestada pelas instituições do património cultural aos visitantes nacionais, em geral, e às comunidades envolventes, em particular (atenção já observada do inquérito anterior), estes visitantes registaram uma ligeiríssima subida (não terem registado descida é em si significativo!) no conjunto dos monumentos observados. E isso não se deveu seguramente às visitas escolares que conheceram um decréscimo (-77%) próximo do dos estrangeiros (-82%). Vale a pena fazer ainda uma última nota a propósito dos visitantes para assinalar que o

impacto negativo da crise foi especialmente gravoso naqueles monumentos cuja visita era mais massificada e mais internacionalizada no período pré-pandémico com o que isso significa por exemplo nas receitas de bilheteira.

Um outro dado que aqui se destaca refere-se aos recursos humanos. Deste ponto de vista constata-se uma ligeira diminuição do pessoal ao serviço (diminuição que deverá ser relativizada tendo em conta as não respostas de Monumentos Nacionais com peso relevante), mas uma subida expressiva quanto ao pessoal ao serviço pertencente aos quadros dos monumentos, o que significa um reforço do pessoal permanente.

O módulo sobre os impactos da COVID-19, que o presente inquérito voltou a aferir, mostra a heterogeneidade e a diversidade de soluções, de medidas e de atividades adotadas ao longo das várias fases da crise, em diversas áreas. Confirma-se a atenção prestada aos meios digitais *online*, que o inquérito anterior já destacava, e a especial incidência das atividades no que respeita às visitas (por motivos sanitários e à deslocação para os públicos nacionais) e à conservação e restauro (aproveitando a oportunidade criada pela diminuição e até ausência de visitantes nos períodos de confinamento).

O inquérito evidencia ainda a maior ou menor incidência das atividades nas três fases da crise em análise, algumas com grande nível de realização em todas as fases (e. g. atividades de limpeza/manutenção geral), outras em menor grau, outras mais intensas nos períodos de confinamento (e. g. criação de novos conteúdos digitais) e – para dar apenas alguns exemplos – outras que mereceram uma atenção crescente ao longo da crise, como a programação de exposições temporárias.

Seja do ponto de vista da atualização dos dados nas dimensões que constituem o objeto central do estudo, seja nos impactos da pandemia, trata-se, em todo o caso, de matérias que importa continuar a acompanhar na próxima edição, a realizar em 2022 (com dados de 2021), esperando que seja possível que estejam resolvidos algumas dificuldades de resposta por parte de algumas tutelas, que seja possível alargar o número de Monumentos Nacionais participantes, no sentido de um melhor conhecimento do património cultural imóvel português e de contribuir para a sua integração nas estatísticas nacionais, oficiais, da cultura.

LEGISLAÇÃO

Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, *Diário da República*, Série I, 3º Suplemento, n.º 55/2020. Declara o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

Decreto do Presidente da República n.º 6-B/2021, de 13 de janeiro, *Diário da República*, Série I, 2º Suplemento, n.º 8/2021. Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

Decreto do Presidente da República n.º 41-A/2021, de 14 de abril, *Diário da República*, Série I, 1º Suplemento, n.º 72/2021. Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

DGPC, Despacho n.º 4/GDG/2021, de 14 de janeiro.

WEBGRAFIA

Instituto Nacional de Estatística (INE), www.ine.pt.

REFERÊNCIAS

[APCRP \(2020\), *A Conservação e Restauro em Portugal em tempos de Pandemia*, Lisboa, Associação Profissional de Conservadores Restauradores de Portugal.](#)

[Camacho, Clara Frayão \(coord.\) \(2021\), *Grupo de Projeto Museus no Futuro. Relatório Final*, Lisboa, DGPC.](#)

[Europa Nostra \(2020\), *COVID-19 & Beyond, Challenges and Opportunities for Cultural Heritage*, October 2020.](#)

[Historic England \(2020\), *Survey of COVID-19 Effects on the Heritage Sector*.](#)

[INE \(2019\), *Estatísticas da Cultura 2018*, Lisboa, INE.](#)

[INE \(2020\), *Estatísticas da Cultura 2019*, Lisboa, INE.](#)

[NEMO \(2021\), *Follow-up survey on the impact of the COVID-19 pandemic on museums in Europe*, Final Report, January 2021 \[online\].](#)

[Neves, José Soares \(2010\), *Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura \(GTEC\): Relatório Final de Actividades 2010*, Lisboa, GTEC/2916/CSE/S, 18 pp.](#)

[Neves, José Soares, Sofia Costa Macedo e Jorge Santos \(2020\), "Cultural Heritage Valorisation and the public access to National Monuments" em Amoêda, Rogério, Sérgio Lira e Cristina Pinheiro \(eds.\), *Heritage 2020 Proceeding of the 7th International Conference on Heritage and Sustainable Development*, Barcelos, Green Lines Institute for Sustainable Development, pp. 27-37.](#)

[Neves, José Soares \(coord.\), Sofia Costa Macedo, Jorge Santos e Ana Paula Miranda \(2020b\), *Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público – Primeiros Resultados*, Lisboa, Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.](#)

[Neves, José Soares \(coord.\), Sofia Costa Macedo, Jorge Santos e Ana Paula Miranda \(2020b\), *Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público em 2019*, Lisboa, Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.](#)

[Neves, José Soares \(coord.\), Sofia Costa Macedo, Maria João Lima, Jorge Santos e Ana Paula Miranda \(2020\), *Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público: impactos decorrentes da COVID-19. Relatório*, Lisboa, Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.](#)

Roselló, Antoni Laporte, Joaquina Bobes González e Xavier Ulled Bertran (2020), *Impacte COVID-19 freqüentació dels equipaments patrimonials a Catalunya 2019-2020*, Girona, Observatori dels Públics del Patrimoni Cultural de Catalunya, novembro.

Santos, Jorge e José Soares Neves (2017), "Estatísticas oficiais, políticas museológicas e investigação: reflexão a propósito do caso português", *La Critica Sociologica*, 203(3), pp. 75-86.

[Secção Permanente de Estatísticas Sociais – SPES \(2010\), *3ª Recomendação da Secção Permanente de Estatísticas Sociais Relativa ao Grupo de Trabalho Sobre Estatísticas da Cultura*, Lisboa, CSE, 4 pp.](#)

ANEXOS

ANEXO 1. QUESTIONÁRIO

DA SALVAGUARDA À VALORIZAÇÃO: OS MONUMENTOS NACIONAIS DE PORTUGAL E A ABERTURA AO PÚBLICO

São objetivos do presente inquérito:

- i) recolha de informação para 2020 quanto à utilização, abertura ao público, visitantes e recursos humanos.
- ii) avaliação dos impactos da pandemia pelo COVID-19.

A equipa do estudo agradece desde já a colaboração!

José Soares Neves (diretor do OPAC)

Sofia Costa Macedo, Jorge Santos, Ana Paula Miranda (investigadores do OPAC)

Abril de 2021

A – DADOS 2020

1. IDENTIFICAÇÃO DO MONUMENTO NACIONAL

2. ENTIDADE QUE GERE O MONUMENTO NACIONAL

3. RESPONSÁVEL PELO MONUMENTO NACIONAL (diretor, gestor, coordenador, outro)

Cargo -----

Nível de escolaridade (*mais elevado que concluiu*)

Até ao 3º ciclo do ensino básico (antigo 9º ano)

12º ano (secundário/ antigo 7º ano do Liceu)

Curso profissional, técnico ou artístico

Licenciatura (bacharelato)

Mestrado

Doutoramento

Área de formação _____

4. UTILIZAÇÃO DO MONUMENTO NACIONAL

P4.1. Qual a situação do Monumento Nacional quanto à possibilidade de receber visitas em 2020. (Não considere o encerramento forçado em virtude do período de confinamento entre 14 de março e 18 de maio)

Visitável.....|__| (Passa para questão 4.2.)

Não visitável.....|__| (Passa para questão 4.1.2.)

Esteve encerrado|__| (Passa para questão 4.1.3.)

4.1.1. Qual o ano de abertura ao público|_|_|_|_| (Passa para questão 4.2.)

4.1.2. Se não visitável em 2020, que outra(s) função(s) tem?

_____ (Passa para Responsável pelo preenchimento)

4.1.3. Excetuando o fecho obrigatório por confinamento, o encerramento compreendeu todo ou parte do ano?

Todo o ano|__|

Parte do ano.....|__|

4.1.4. Qual o motivo para o encerramento do Monumento em 2020?

_____ (Passa para questão 7)

4.2. Regime de abertura ao público em 2020

(excluindo o período de confinamento)

Permanente

(aberto todo o ano, com horário normal/regular).....|__|

Sazonal

(aberto uma parte do ano, com horário normal/regular).....|__|

Esporádico

(aberto apenas quando solicitado, não tem horário regular).....|__|

Acesso livre.....|__|

4.3. Refira o número de dias em que esteve aberto no ano de 2020

5. VISITANTES

5.1. O Monumento Nacional tem controlo de visitantes?

(Por controlo de visitantes compreende-se o seu registo quantitativo sistemático)

Sim |__|

Não..... |__| (Passa para questão 6)

5.1.1. Visitantes em 2020

Por visitante compreende-se a pessoa que visita o espaço do Monumento Nacional, utiliza os serviços eventualmente disponíveis (biblioteca, centro de documentação, entre outros) e/ou frequenta as atividades realizadas (concertos, conferências, entre outras). Excluem-se as entradas para o restaurante, a cafetaria, a loja ou outros equipamentos, quando independentes, assim como as visitas virtuais (do sítio na Internet).

Total de visitantes |__|. |__|__|__|. |__|__|__|

Entradas pagas |__|. |__|__|__|. |__|__|__|

Entradas gratuitas |__|. |__|__|__|. |__|__|__|

Nacionais |__|. |__|__|__|. |__|__|__|

Estrangeiros |__|. |__|__|__|. |__|__|__|

Em grupos escolares |__|. |__|__|__|. |__|__|__|

5.1.2. O número de visitantes refere-se exclusivamente a visitas orientadas?

Sim |__|

Não..... |__|

6. RECURSOS HUMANOS DO MONUMENTO NACIONAL

6.1. Total de pessoas ao serviço no Monumento Nacional em 2020

(integradas ou não no quadro da tutela ou de quem está afeto ou gere, incluindo estagiários, bolsseiros e voluntários)

|_|_|

6.2. Total de pessoas ao serviço no quadro no Monumento Nacional que trabalham em permanência no monumento (da tutela ou de quem está afeto ou gere)

|_|_|

7. OUTRAS INFORMAÇÕES

Por favor deixe aqui outras informações que considere relevantes para descrever a situação do Monumento Nacional em 2020 relativamente à abertura ao público.

B – IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19 NAS ATIVIDADES

Após o primeiro grande confinamento, entre março e maio de 2020, os Monumentos Nacionais (MN), tal como outras instituições culturais, puderam reabrir ao público. Em 2021, com o segundo grande confinamento, voltaram a encerrar entre 15 de janeiro e 5 de abril. Estes períodos de encerramento, bem como o decurso da pandemia trouxeram grandes desafios aos MN, ao nível do seu funcionamento e na relação com os públicos.

Várias soluções foram encontradas pelos MN, assim como várias medidas adotadas para fazer face à crise pandémica. As próximas questões procuram recolher as respostas dos MN, através dos seus responsáveis, para estas soluções e medidas.

A recolha de informação reporta: ao período do primeiro confinamento (março a maio 2020); ao período de eventual reabertura (maio 2020 a janeiro 2021); e ao segundo grande confinamento (janeiro a abril 2021).

8. Abertura do MONUMENTO NACIONAL

8.1. O MN reabriu após o primeiro grande confinamento (março a maio de 2020)?

Sim | |

Não..... | |

(Passa para **questão 8.2.**)

8.1.1. Se Sim, em que data reabriu ao público?

8.2. Assinale todas as opções que se apliquem (ou se não se realizou/não se aplica) para cada item.

	Primeiro Confinamento (março a maio 2020)	Reabertura (maio 2020 a janeiro 2021)	Segundo Confinamento (janeiro a abril 2021)	Não se realizou/ Não se aplica
Exposições				
Renovação da exposição permanente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Montagem de nova exposição permanente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Programação de exposições temporárias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Criação do catálogo da exposição	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Revisão do catálogo da exposição	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Visitas				
Melhoria da segurança do edificado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria da segurança da exposição/acervo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Criação de condições de acessibilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realização de visitas virtuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Renovação do circuito de visitação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação do circuito de visita (em função das normas sanitárias)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumento da oferta para visitação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atividades direcionadas para os públicos nacionais (planeamento e/ou realização)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atividades direcionadas para a comunidade (planeamento e/ou realização)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Criação de programas de visitas temáticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Plano de interpretação do Monumento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Novas tecnologias de visitação (por exemplo audiovisitas; visitas com apoio de smartphones; realidade aumentada)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Inventário e Investigação

Inventariação/digitalização de acervo	_	_	_	_
Investigação sobre o edificado	_	_	_	_
Investigação sobre o acervo	_	_	_	_
Estabelecimento de protocolos para investigação	_	_	_	_

Conservação e Restauro

Ações de manutenção do edificado	_	_	_	_
Ações de conservação e restauro do edificado	_	_	_	_
Ações de manutenção do acervo	_	_	_	_
Ações de conservação/restauro do acervo	_	_	_	_
Atividades de limpeza/manutenção geral	_	_	_	_

Meios Digitais online

Reforço de atividades nas plataformas digitais	_	_	_	_
Criação de novos conteúdos digitais	_	_	_	_
Encontros por meios telemáticos	_	_	_	_
Alteração do website	_	_	_	_
Disponibilização de novos acervos digitais	_	_	_	_

Gestão

Melhoria dos recursos informáticos	_	_	_	_
Alteração na estrutura de recursos humanos	_	_	_	_
Formação dos recursos humanos em competências digitais	_	_	_	_
Afetação de recursos humanos às atividades digitais	_	_	_	_
Criação/atualização dos documentos de gestão	_	_	_	_
Criação/Atualização do merchandising	_	_	_	_
Venda online de produtos	_	_	_	_

Outros

-----	_	_	_	_
-----	_	_	_	_

8.3. A terminar, em complemento às respostas anteriores, gostaríamos agora que descrevesse como o MN se adaptou ao contexto de crise (foque as oportunidades, dificuldades e /ou constrangimentos).

Responsável pelo preenchimento

Nome

Cargo

E-mail

Muito obrigado pela sua colaboração!

Em caso de dúvida contactar a equipa pelo endereço opac.cies@iscte-iul.pt.

Finalize o questionário carregando em Seguinte.

ANEXO 2. EMAIL DE CONVITE À PARTICIPAÇÃO – MN QUE RESPONDERAM ANTERIORMENTE COM RESPOSTA EM 2019 E 2020

Exmo.(a) Senhor(a) responsável pelo(a) Monumento Nacional

O [OPAC – Observatório Português das Atividades Culturais](#) lançou em 2019 o estudo **DA SALVAGUARDA À VALORIZAÇÃO: OS MONUMENTOS NACIONAIS DE PORTUGAL E A ABERTURA AO PÚBLICO** inédito no qual o Monumento Nacional que dirige participou.

Em abril de 2020 lançámos novo inquérito para atualização da informação para 2019 e avaliámos os impactos da pandemia pelo Covid-19 no primeiro grande confinamento.

Pretendemos agora atualizar os dados para 2020 e realizar nova avaliação dos impactos da pandemia. Assim, o presente questionário inclui duas partes: a primeira é sobre a gestão, a utilização, abertura ao público, visitantes e recursos humanos em 2020. A segunda destina-se a recolher contributos sobre o impacto da pandemia em diversas fases até ao mais recente grande confinamento de janeiro a abril de 2021.

Solicitamos que responda ao presente questionário online, disponível através do «[Link](#)» até ao próximo dia **21 de maio** de 2021.

Toda a informação recolhida será tratada pela equipa do OPAC que assegura a sua confidencialidade e garante o anonimato da informação a publicar com os resultados.

Caso necessite de esclarecimentos ou informações adicionais por favor não hesite em contactar-nos através do endereço eletrónico opac.cies@iscte-iul.pt.

Agradecemos novamente toda a colaboração!

A equipa do Estudo,

José Soares Neves (coord.), Sofia Costa Macedo, Jorge Santos e Ana Paula Miranda.

Lisboa, 28 de abril de 2021.



Avenida das Forças Armadas, Edifício Sedas Nunes, Sala 2W1
1649-026 LISBOA Portugal
Telefone: +351 210 464 322
<https://www.opac.cies.iscte-iul.pt> | [Facebook](#)

ANEXO 3. EMAIL DE CONVITE À PARTICIPAÇÃO – MN SEM RESPOSTA EM 2019

DA SALVAGUARDA À VALORIZAÇÃO: OS MONUMENTOS NACIONAIS DE PORTUGAL E A ABERTURA AO PÚBLICO

Exmo(a). Senhor(a) responsável pelo(a) Monumento Nacional,

O [OPAC – Observatório Português das Atividades Culturais](#) lançou em 2019 um estudo inédito sobre o património imóvel de Portugal (Continente, Açores e Madeira). O estudo centra-se nos bens classificados como Monumento Nacional (categoria de proteção da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro), abertos ao público. Pretendemos deste modo contribuir para que Portugal venha a dispor de estatísticas de caracterização do património cultural imóvel na perspetiva da sua valorização, como recomendado em 2010 pelo [Conselho Superior de Estatística](#) na sequência das conclusões do [Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura](#).

Os primeiros resultados sobre 2017 e 2018 foram publicados em abril de 2020. Publicámos depois os resultados obtidos para 2019, e avaliámos os impactos decorrentes da pandemia pelo Covid-19. Pode aceder aos resultados [aqui](#).

Consideramos da maior importância que o monumento que dirige integre este estudo através da resposta a um sucinto inquérito por questionário que inclui duas partes. A primeira é sobre a gestão, a utilização, abertura ao público, visitantes e recursos humanos em 2020. A segunda destina-se a recolher contributos sobre o impacto da pandemia em diversas fases até ao mais recente grande confinamento de janeiro a abril de 2021.

O questionário é preenchido online. Para aceder por favor clique aqui: «[Link](#)».

Agradecemos a sua resposta até ao próximo dia **21 de maio de 2021**.

Toda a informação recolhida será tratada pela equipa do OPAC que assegura a sua confidencialidade e garante o anonimato da informação a publicar com os resultados.

Caso necessite de esclarecimentos ou informações adicionais por favor não hesite em contactar-nos através do endereço eletrónico opac.cies@iscte-iul.pt.

A equipa do estudo agradece a colaboração!

José Soares Neves (coord.), Sofia Costa Macedo, Jorge Santos e Ana Paula Miranda.

Lisboa, 28 de abril de 2021.



Avenida das Forças Armadas, Edifício Sedas Nunes, Sala 2W1
1649-026 LISBOA Portugal
Telefone: +351 210 464 322
<https://www.opac.cies.iscte-iul.pt> | [Facebook](#)

ANEXO 4. EMAIL DE LEMBRETE FINAL

DA SALVAGUARDA À VALORIZAÇÃO: OS MONUMENTOS NACIONAIS DE PORTUGAL E A ABERTURA AO PÚBLICO

Caro(a) responsável pelo(a) Monumento Nacional,

O período de resposta para a atualização da informação do estudo do [OPAC – Observatório Português das Atividades Culturais](#) “**Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público**” já terminou.

No entanto, consideramos da maior importância que o Monumento que dirige integre este estudo.

Se ainda não respondeu ou se iniciou o preenchimento, mas não submeteu, por favor finalize o questionário assim que possível disponível através do: «**LINK**».

Caso necessite de esclarecimentos ou informações adicionais por favor não hesite em contactar a equipa através do endereço eletrónico opac.cies@iscte-iul.pt.

A equipa do estudo agradece a colaboração!

José Soares Neves (coord.), Sofia Costa Macedo, Jorge Santos e Ana Paula Miranda.

Lisboa, 07 de junho de 2021.



Avenida das Forças Armadas, Edifício Sedas Nunes, Sala 2W1
1649-026 LISBOA Portugal
<https://www.opac.cies.iscte-iul.pt> | [Facebook](#)

ANEXO 5. REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES POR ÁREA E POR PERÍODO (%)

Área de atuação/ atividade	Itens	Primeiro Confinamento	Reabertura	Segundo Confinamento	MN com resposta
Exposições	Renovação da exposição permanente	30,0	70,0	60,0	10
	Montagem de nova exposição permanente	33,3	50,0	66,7	6
	Programação de exposições temporárias	33,3	62,5	79,2	24
	Criação do catálogo da exposição	50,0	58,3	83,3	12
	Revisão do catálogo da exposição	70,0	60,0	80,0	10
Visitas	Melhoria da segurança do edificado	60,7	66,1	55,4	56
	Melhoria da segurança da exposição/acervo	58,3	66,7	58,3	24
	Criação de condições de acessibilidade	64,1	66,7	56,4	39
	Realização de visitas virtuais	75,9	58,6	62,1	29
	Renovação do circuito de visitação	62,2	51,1	64,4	45
	Adequação do circuito de visita (em função das normas sanitárias)	50,4	79,0	38,7	119
	Aumento da oferta para visitação	26,7	40,0	60,0	15
	Atividades direcionadas para os públicos nacionais	28,2	76,9	48,7	39
	Atividades direcionadas para a comunidade	34,8	80,4	56,5	46
	Criação de programas de visitas temáticos	36,7	66,7	60,0	30
	Plano de interpretação do Monumento	42,9	38,1	52,4	21
	Novas tecnologias de visitação (por exemplo audiovisitas; visitas com apoio de smartphones; realidade aumentada)	46,7	53,3	73,3	30
	Inventário e Investigação	Investigação sobre o acervo	75,0	75,0	61,1
Investigação sobre o edificado		71,7	67,4	58,7	46
Investigação sobre o acervo		69,0	64,3	59,5	42
Estabelecimento de protocolos para investigação		60,0	70,0	80,0	10
Conservação e Restauro	Ações de manutenção do edificado	66,7	62,8	73,1	78
	Ações de conservação e restauro do edificado	66,0	68,0	82,0	50
	Ações de manutenção do acervo	61,7	63,8	61,7	47
	Ações de conservação/restauro do acervo	43,2	67,6	67,6	37
	Atividades de limpeza/manutenção geral	81,9	80,5	83,2	149
Meios Digitais online	Reforço de atividades nas plataformas digitais	77,8	71,4	76,2	63
	Criação de novos conteúdos digitais	69,0	56,9	75,9	58
	Encontros por meios telemáticos	79,3	86,2	82,8	29
	Alteração do website	43,3	53,3	63,3	30
	Disponibilização de novos acervos digitais	56,0	52,0	68,0	25
Gestão	Melhoria dos recursos informáticos	45,2	51,6	71,0	31
	Alteração na estrutura de recursos humanos	34,8	69,6	82,6	23
	Formação dos recursos humanos em competências digitais	63,6	45,5	72,7	22
	Afetação de recursos humanos às atividades digitais	69,7	69,7	84,8	33
	Criação/atualização dos documentos de gestão	61,8	55,9	79,4	34
	Criação/Atualização do merchandising	20,0	56,0	80,0	25
	Venda online de produtos	69,2	74,4	94,9	39
Outros		50,0	50,0	100,0	14

Base: MN com resposta válida; **Fonte:** OPAC, IMNP, 2021.

Nota: Primeiro Confinamento (março a maio 2020); Reabertura (maio 2020 a janeiro 2021); Segundo Confinamento (janeiro a abril 2021).

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

Avenida das Forças Armadas, Edifício Seda Nunes, Sala 2W1
1649-026 LISBOA Portugal
<https://www.opac.cies.iscte-iul.pt> | [Facebook](#)